

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Eng FRANCISCO HOSKEN DA CÁS

A atuação de militares do Exército Brasileiro em missões de desminagem humanitária no Continente Africano.



Rio de Janeiro

2018

Maj Eng FRANCISCO HOSKEN **DA CÁS**

A atuação de militares do Exército Brasileiro em missões de desminagem humanitária no Continente Africano.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial a obtenção do título de especialista em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Eng EDUARDO HENRIQUE DA SILVA BASTOS

Rio de Janeiro
2018

D111a Da Cás, Francisco Hosken.

A atuação de militares do Exército Brasileiro em missões de desminagem humanitária no Continente Africano / Francisco Hosken Da Cás . —2018.
65 f. ; 30 cm.

Orientação: Eduardo Henrique da Silva Bastos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 61-65

1. DESMINAGEM HUMANITÁRIA. 2. CONTINENTE AFRICANO. 3. MINAS.
4. PROJEÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS. I. TÍTULO

CDD 355.40960

Maj Eng FRANCISCO HOSKEN **DA CÁS**

**A ATUAÇÃO DE MILITARES DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM MISSÕES DE
DESMINAGEM HUMANITÁRIA NO CONTINENTE AFRICANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial a obtenção do título de especialista
em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de outubro de 2018.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

EDUARDO HENRIQUE DA SILVA **BASTOS** – TC Eng – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

CONRADO JOSÉ SALES **MORORÓ** – TC Eng – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ANDERSON **LUIZ ALVES** FIGUEIREDO – Maj Eng – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A nação que permanece em paz por muito tempo deveria mandar sempre alguns oficiais para áreas no exterior onde ocorrem guerras, a fim de familiarizarem-se com elas [...] (Clausewitz).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pela saúde e oportunidade de estar nesta Escola e poder ombrear com camaradas de tão elevado nível.

À minha esposa Michele pela compreensão, apoio, confiança, companheirismo e dedicação incondicionais nas longas horas em que este trabalho foi priorizado em detrimento de minha presença no lar e na comum tarefa de criar e educar nossos filhos.

Aos meus filhos, Vitor e Julia, fontes de inspiração para o meu dia-a-dia.

Aos meus pais Carlos e Renata pelo amor com que me conceberam e por sua luta travada para me educarem, pelas inúmeras horas que velaram meu sono, e pelas palavras de incentivo a cada tropeço de minha jornada, a minha eterna gratidão.

Ao meu orientador, TC Eng Bastos, os meus sinceros agradecimentos pela orientação firme e objetiva na realização deste trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

Após o Tratado de Ottawa, foram criados diversos programas de assistência à remoção de minas nos países assolados por minas terrestres advindas de conflitos anteriores, a fim de assisti-lo na destruição de todos estes artefatos encontrados em seus territórios. O Brasil, signatário deste Tratado, vem participando de alguns desses programas com militares da Arma de Engenharia do Corpo de Fuzileiros Navais e do Exército Brasileiro. O Continente Africano é um dos mais afetados neste tema. As várias guerras civis no continente deixaram como legado milhares de minas terrestres e artefatos explosivos na maioria dos países africanos. Ainda existem cerca de 37 milhões de minas terrestres enterradas em toda a África. Além disso, ainda existem regiões conflituosas, como a República Democrática do Congo e o Mali, onde ainda se utilizam minas e artefatos explosivos, portanto com tendência de agravar o problema. Neste contexto, com base na política externa brasileira de priorizar as relações no seu entorno estratégico e alinhado com os Objetivos Nacionais de Defesa, que assinalam a contribuição do país para a estabilidade regional, para a paz e a segurança internacionais e para o incremento da projeção do Brasil, que o presente trabalho busca levantar a problemática de minas neste continente e a importância da participação dos militares brasileiros para a projeção das Forças Armadas do Brasil. Em resumo, como demonstrada acima, a proposta desta pesquisa é relevante para o País, demonstrando a importância do assunto em pauta nos campos político, econômico, militar e estratégico, como descritos na Política e Estratégia Nacional de Defesa. Sendo assim, para atingir o objetivo proposto, o estudo apresenta um extrato da problemática africana e suas consequências, a ação contra minas e a experiência brasileira nesta área e a política e a projeção brasileira.

Palavras chaves: 1. Desminagem Humanitária, 2. Continente Africano, 3. Minas, 4. Projeção das Forças Armadas.

ABSTRACT

Following the Ottawa Treaty, a number of mine action programs have been developed in countries affected by landmines from past conflicts to assist them in destroying all these artifacts found in their territories. Brazil, a signatory to this Treaty, has been participating in some of these programs with the military engineers from Marine Corps and Brazilian Army. The African continent is one of the most affected in this area. The various civil wars on the continent left behind thousands of landmines and explosive devices in most African countries. There are still some 37 million landmines buried throughout Africa. In addition, there are still conflicting regions, such as the Democratic Republic of Congo and Mali, where mines and explosive devices are still used, thus tending to aggravate the problem. In this context, based on the Brazilian foreign policy of prioritizing relations in its strategic environment and aligned with the National Defense Objectives that highlight the country's contribution to regional stability, international peace and security, and to increase the projection of the Brazil, that the present work seeks to raise the issue of mines in this continent and the importance of the participation of the Brazilian military in the projection of the Brazilian Armed Forces. In summary, as shown above, the proposal of this research is relevant for the country, demonstrating the importance of the subject of this research in the political, economic, military and strategic fields, as described in the National Defense Policy and Strategy and END. Thus, in order to achieve the proposed objective, the study presents an extract of the African problematic and its consequences, the mine action and the Brazilian experience in this area, and the Brazilian policy and projection.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contaminação por minas no mundo (Nov, 2017) / Fonte: ICBL, 2017.....	23
Figura 2 - Baixas por minas no mundo a partir de 1999 / Fonte: ICBL, 2018.....	23
Figura 3 - Tratado de Ottawa – status dos estados partes / Fonte: ICBL, 2017.....	25
Figura 4 - Visão Geral sobre a CCW / Fonte: GICHD, 2014	26
Figura 5 - Número de baixas por minas/ERW (1999 a 2016) / Fonte: ICBL, 2017....	27
Figura 6 - Participação de militares nas missões de Dsmin Hum por país de 1994 a 2018, considerando as missões no continente americano / Fonte: BRASIL, 2018 ...	40
Figura 7 - Aula de primeiros socorros do curso de Dsmin Hum do CCOPAB / Fonte: GERALDO, 2018.....	45
Figura 8 - Aula prática do curso de Dsmin Hum do CCOPAB em 2015. / Fonte: GERALDO, 2018.....	46
Figura 9 e 10 - Avaliação operacional de uma organização durante o curso de Dsmin Hum do CCOPAB em 2015./ Fonte: GERALDO, 2018	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Extensão estimada da contaminação das minas no final de 2016 / Fonte: ICBL, 2017	33
Tabela 2 - Estados / áreas com vítimas de minas / ERW em 2016 / ICBL, 2017	34
Tabela 3 - Estados Partes com obrigações pendentes do Artigo 5º, seus prazos e status de qualquer prorrogação do prazo a partir de outubro de 2017. / Fonte: ICBL, 2017	38

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AED	Ações Estratégicas de Defesa
AEI ou IED	Artefato Explosivo Improvisado (<i>Improvised explosive device</i>)
AICMA	Ação Integral Contra as Minas Antipessoais
ASA	Cúpula América do Sul-África
ASNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AXO	Artefato Explosivo Abandonado (<i>Abandoned Explosive Ordnance</i>)
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CCPAD	Centro de Formação em Desmobilização Humanitária em Benin
CCW	Convenção sobre Armas Convencionais (<i>Convention on Certain Conventional Weapons</i>)
CEPAEB	Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CI Op Paz	Centro de Instrução de Operações de Paz
COTER	Comando de Operações Terrestres
CSIS	<i>Center for Strategic and International Studies</i> Centro de Estratégia e Estudos Internacionais
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAICMA	Direção para a Ação Integral Contra Minas Antipessoal
DICED	Direção Conjunta de Explosivos e Desminagem
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção de Paz (<i>Department of Peacekeeping Operations</i>)
Dsmin Hum	Desminagem Humanitária
EB	Exército Brasileiro
ED	Estratégias de Defesa
ERW	Resíduos Explosivos de Guerra (<i>Explosive remnants of War</i>)
EXDE	Explosivos e Destruições
FTM-UNIFIL	Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano
GATI-CO	Grupos de Assessores Técnicos Interamericanos na Colômbia
GMI-CO	Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia

ICBL	Campanha Internacional pelo Banimento das Minas Terrestres <i>(International Campaign to Ban Landmines)</i>
IMAS	Normas Internacionais para a Desminagem Humanitária <i>(International Mine Action Standards)</i>
JID	Junta Interamericana de Defesa
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MARMINAS	Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul
MARMINCA	Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central
MARMHON	Missão de Assistência para a Remoção de Minas em Honduras
MD	Ministério da Defesa
MI	Monitores Interamericanos
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
OEA	Organização dos Estados Americanos
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira
PKO	Operações de Manutenção de Paz <i>(Peacekeeping Operations)</i>
PND	Política Nacional de Defesa
UA	União Africana
UNAVEM III	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNMAS	Serviço Relativo à Ação de Minas <i>(United Nations Mine Action Service)</i>
UXO	Engenhos falhados <i>(Unexploded ordnance)</i>
ZOPACAS	Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 AS MINAS, AEI E ERW	20
2.1.1 As Minas antipessoais	20
2.1.2 Artefatos Explosivos improvisados (AEI)	21
2.1.3 Resíduos Explosivos de Guerra (ERW)	21
2.2 A PROBLEMÁTICA DE MINAS TERRESTRES NO MUNDO	21
2.3 A AÇÃO CONTRA MINAS	23
2.4 DESMINAGEM HUMANITÁRIA	27
3 METODOLOGIA	30
3.1 TIPO DE PESQUISA	30
3.2 UNIVERSO DA AMOSTRA	30
3.3 COLETA DE DADOS	30
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS	31
3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	31
4 O PROBLEMA DE MINAS NA ÁFRICA	32
5 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM DESMINAGEM HUMANITÁRIA	39
5.1 INTRODUÇÃO	39
5.2 MARMINCA	40
5.3 MARMINAS	42
5.4 GMI-CO	42
5.5 GATI-CO	43
6 A IMPORTÂNCIA PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DAS AÇÕES DE DESMINAGEM HUMANITÁRIA NO CONTINENTE AFRICANO	48
7 CONCLUSÃO	58
BIBLIOGRAFIA	61

1 INTRODUÇÃO

O emprego de minas terrestres foi largamente utilizado nos principais conflitos do século XX, particularmente no período da Guerra Fria. Presente na doutrina militar de quase todas as Forças Armadas mundiais, as minas foram frequentemente empregadas devido aos seus baixos custos de produção e suas elevadas eficácias defensivas (BRANCALIONE, 2008).

Contudo, o uso indiscriminado nos diversos conflitos, ocorridos na segunda metade do século XX, deixaram como herança inúmeras áreas minadas. O fim das beligerâncias não extinguiu os efeitos das minas terrestres, inviabilizando o uso das áreas onde foram empregadas, continuando a proporcionar significativo número de acidentes graves e fatais, particularmente na população civil (BRANCALIONE, 2008).

Localizados em 57 países e quatro territórios, os campos de minas perenizam os conflitos pregressos, acarretando diversos acidentes aleatórios por anos ou décadas, não perdendo seus efeitos por um cessar-fogo ou paz (ICBL, 2018).

De acordo com a ONU, as minas terrestres ainda matam milhares de pessoas e mutilam incontáveis vítimas. Em 2014, as minas e artefatos explosivos mataram 10 pessoas diariamente, a maioria crianças, mulheres e idosos (ONU, 2018). Já em 2016, uma média de 26 pessoas morreram ou ficaram mutiladas diariamente, significando o impressionante número de 8.605 vítimas naquele ano (ICBL, 2018).

A presença de minas também impediu a utilização econômica das áreas contaminadas. Assim, relevantes espaços territoriais, instalações e localidades permaneceram inacessíveis pela população e pelo próprio governo constituído, restringindo ainda mais o desenvolvimento econômico e social dos países afetados. Diante disso, a comunidade internacional vem envidando esforços com o objetivo de auxiliar os países que convivem diariamente com o problema das minas em seu território, ajudando-os a se tornarem livres dos riscos proporcionados pelas minas terrestres (BRANCALIONE, 2008).

Diante deste quadro, no início da década de 1990, seis ONG situadas na Europa e nos Estados Unidos iniciaram uma ICBL. Esta ação implicou, em 1997, na criação de um acordo internacional específico para o tema: o Tratado de Proibição de Minas, conhecido como “Tratado de Ottawa”, pelo qual as minas terrestres antipessoais (concebidas para serem colocadas no solo ou perto dele e que explodem pela presença, a proximidade ou o contato de uma pessoa) ficavam definitivamente

banidas. Naquela época, findo os conflitos ocorridos na América Central, foram criados programas internacionais de desminagem mediante a organização de esforços de governos nacionais, da OEA e da JID, como o da MARMINCA (TIBÚRCIO e MORAES, 2011, *apud* BORLINA, 2014).

Ainda neste sentido, a ONU definiu como sua visão a busca por um mundo livre da ameaça de minas terrestres e de artefatos explosivos de guerra, onde indivíduos e comunidades possam viver em um ambiente seguro, propício ao desenvolvimento e onde as necessidades das vítimas sejam atendidas. Cerca de doze entidades, entre departamentos da ONU e suas secretarias, agências especializadas, fundos e programas conduzem ações contra minas em 30 países e três territórios. O DPKO da ONU, por intermédio do UNMAS, cumpre uma ação fundamental na busca e na destruição das minas, no apoio às vítimas e na sensibilização das pessoas nas áreas afetadas (ONU, 2018).

A inserção do Brasil neste contexto foi incrementada com a assinatura do Tratado de Proibição de Minas, em 03 de dezembro de 1997, o qual foi ratificado em 30 de abril de 1999, incluindo o Brasil como Estado Parte em 01 de outubro de 1999. Acresce-se, ainda, que o País deixou de produzir e exportar minas antipessoais desde 1989. O Brasil participa da CCW e do seu Protocolo Emendado II sobre minas terrestres. Em 2010, participou do décimo encontro dos Estados-Parte do Tratado de Proibição de Minas e, em 2011, do Comitê Permanente Interseccional em Genebra, apresentando seu décimo segundo relatório do Artigo 7º do Tratado de Proibição de Minas, em que declarou a sua intenção de manter minas para treinamento até 2019 (ICBL, 2011).

Face ao acima exposto, o Brasil tem participado ativamente, por meio de suas Forças Armadas, dos programas de desminagem que são desenvolvidos pelos organismos internacionais, particularmente na América Central e na América do Sul (BRANCALIONE, 2008). Nos últimos anos, o País vem sendo convidado pela OEA e pela ONU para compor missões de assistência para a remoção de minas e artefatos explosivos não detonados, bem como de operações de paz envolvendo tarefas de desminagem. O Brasil não tem se negado a participar dessas missões, acumulando, assim, experiência nesse tipo de emprego militar (BASTOS, 2003).

O Continente Africano é um dos mais afetados neste tema. As várias guerras civis no continente deixaram como legado milhares de minas terrestres e artefatos explosivos na maioria dos países africanos. Ainda existem cerca de 37 milhões de

minas terrestres enterradas em toda a África (AFRICA, 2018).

Em Angola, decorrente da guerra civil que assolou o país no final do século XX, ainda existem aproximadamente 10 milhões delas, cerca de 100 km²¹ de áreas perigosas confirmadas e 140 km² de áreas suspeitas de risco. Em 2016, foram identificadas 44 vítimas de minas ou artefatos explosivos (ICBL, 2018).

Além disso, recentemente, constatou-se diversos acidentes ocasionados por minas terrestres no Continente Africano. Em setembro de 2017, na Guiné Bissau, 19 pessoas, a bordo de um micro-ônibus, morreram quando uma mina terrestre explodiu na região Norte do país (NEWS24, 2018). Em março desse mesmo ano, dois policiais morreram depois que seu veículo passou sobre uma mina terrestre na estrada Malelei-Kulan em Liboi, no condado de Garissa, perto da fronteira entre o Quênia e a Somália (AFRICA, 2018). Já em janeiro de 2018, vinte e quatro pessoas morreram quando o veículo passou sobre uma mina no centro do Mali, quando viajavam da vizinha Burkina Faso para um mercado semanal em Boni. De acordo com as Forças de Segurança do Mali, "os terroristas usam essas minas para espalhar o medo" (CITIZEN, 2018a).

As Forças da ONU também são afetadas, como recentemente, onde quatro soldados da paz da ONU foram mortos e quatro ficaram feridos quando uma mina explodiu sob seu veículo no centro de Mali em um ataque deliberado (CITIZEN, 2018b).

Diante disso, constata-se a problemática das minas terrestres e outros artefatos explosivos em âmbito global e a existência de diversas iniciativas para a redução dos impactos causados por eles. Ademais, nota-se o protagonismo do Continente Africano neste cenário, dificultando o desenvolvimento dos países afetados.

1.1 O PROBLEMA

"Eu tenho visto a devastação causada por essas armas indiscriminadas, que dificultam a reconstrução, prejudicam o meio ambiente e causam graves ferimentos e morte por décadas após o fim dos conflitos. Minha esperança fervorosa é que o mundo um dia será livre das ameaças causadas por minas terrestres e explosivos remanescentes de guerra." (MOON, 2009).

As missões de Desminagem Humanitária cooperam para o desenvolvimento

¹ 1. 1 km² equivale a 1.000.000 m², ou seja, similar à área de um quadrado de 1000m de lado.

econômico e social de um estado. Atualmente, mais de cinquenta países sofrem com as minas antipessoais, os quais buscam erradicar o problema com a ajuda de seus governos nacionais, de Organizações Internacionais, como a OEA, e de ONG. Estas últimas visam a proteger a população, educar e dar suporte às vítimas, bem como desenvolver áreas que estavam interdidas pela ação desses artefatos (GAZOLA, 2017).

Cabe salientar que, no Continente Africano, o problema é complexo, pois ainda possuem regiões conflituosas, como a República Democrática do Congo e o Mali, onde ainda se utilizam minas e artefatos explosivos, portanto com tendência de agravar o problema; e, a maioria das áreas contaminadas não seguiram um tipo de padrão de lançamento, ou seja, não existem registros precisos de quantidade e localização.

Neste sentido, à luz de sua política externa, o Brasil adotou todas as medidas multilaterais destinadas ao banimento das minas, mas sem uma posição de proatividade quanto ao tema. No entanto, a inclusão desse tema na pauta da CPLP pode ainda representar uma nova forma de expandir as ações de desminagem apoiadas pelo Brasil à Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (TIBÚRCIO e MORAES, 2011).

Destaca-se que a PND, no sentido de aprofundar seus laços de cooperação, expressa que o Brasil visualiza um entorno estratégico que extrapola a região Sul-Americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África. Em outro ponto da PND é afirmado que o Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países. Com isso, verifica-se a importância do Continente Africano para a projeção brasileira (BRASIL, 2012a).

O Brasil, conforme a sua PND, não poderia deixar de apoiar as nações amigas em Continente Africano, particularmente no apoio humanitário por intermédio das atividades de desminagem a fim de mitigar os efeitos danosos das minas terrestres naqueles países.

É neste contexto e de acordo com o assunto descrito anteriormente que emerge a problemática da pesquisa que ora se delineia. Em que medida a atuação de militares do EB em ações de Dsmin Hum no Continente Africano projetará o Brasil, consoante com sua Política Nacional de Defesa?

1.2 OBJETIVOS

A declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Assim, esta pesquisa apresenta a seguir o objetivo geral e seus cinco objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

A participação de militares do EB em ações de Dsmin Hum no continente africano é benéfica para o Brasil? Ao responder esta pergunta, este trabalho encontra o seguinte objetivo geral conforme descrito a seguir: verificar em que medida a atuação de militares do EB, em ações de Dsmin Hum no Continente Africano projetará o Brasil, consoante com sua Política Nacional de Defesa.

1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado foram formulados alguns objetivos específicos a serem alcançados, que balizarão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo e que serão elencados em seguida:

- a) Apresentar um breve histórico dos principais conflitos no continente africano e suas consequências na contaminação do território com minas, restos de explosivos de guerra e AEI;
- b) Apresentar a experiência brasileira em missões de Dsmin Hum;
- c) Propor oportunidades de emprego e apresentar os reflexos para a Política Nacional de Defesa da participação das Forças Armadas Brasileiras em missões de Dsmin Hum no Continente Africano.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Esta seção objetiva discorrer de forma sucinta acerca dos principais tópicos que justificam a relevância deste trabalho. Desta forma, a importância desta proposta de pesquisa é justificada pelos aspectos abordados nos parágrafos seguintes.

A pesquisa se fundamenta diante da projeção das Forças Armadas, particularmente do EB, nas Organizações Internacionais e no entorno estratégico brasileiro, contribuindo significativamente para o Brasil alcançar alguns objetivos impostos na sua Política Nacional de Defesa.

Por meio da diplomacia militar, as Forças Armadas buscam promover intercâmbios e cooperações e estabelecer relações de confiança mútua, com o objetivo de contribuir com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial. Historicamente, as Forças Armadas brasileiras têm atuado em diversas missões de paz, a maioria sob a égide da ONU e da OEA.

No contexto da Dsmin Hum, o Brasil possui elevada experiência internacional. Destacam-se, as Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I, II e III), de 1988 a 1997. Ademais, no período de 1990 até 2010, foi o principal contribuidor de supervisores internacionais na MARMINCA, assim como da MARMINAS. No Programa de Ação Integral Contra Minas Antipessoais colombiano, o Brasil começou a participar em 2006, permanecendo até os dias atuais.

O Continente Africano foi profundamente afetado pelos conflitos durante a segunda metade do século XX. Tais beligerâncias acarretaram o grave problema de minas terrestres, tornando este continente um dos mais assolados no âmbito mundial. Esta região será alvo da pesquisa por apresentar algumas peculiaridades como: encontrar-se no entorno estratégico do Brasil e possuir raízes culturais semelhantes, como a existência de alguns países de língua portuguesa entre os mais afetados, Angola e Guiné-Bissau; vivenciar, atualmente, em alguns países, conflitos armados violentos, que empregam minas improvisadas; e possuir um grande interesse internacional, tendo em vista a presença de diversos atores internacionais e ONG que atuam na Dsmin Hum.

Neste contexto, a África possui grande potencial de crescimento, onde o Brasil poderá apoiar enviando observadores Dsmin Hum, complementando as missões de paz já existentes, o que pode contribuir para sua projeção em seu entorno estratégico e a maior integração com os países africanos, reforçando os laços de amizade, juntamente com parcerias em outros campos, como o econômico e o político. Desta feita, ressalta-se que a relevância do estudo poderá trazer benefícios ao país, no sentido de que a atuação de militares do EB projeta o Brasil no cenário internacional.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante para o País com base nos

fatores acima elencados, que demonstram a importância do assunto desta pesquisa em diversos campos de análise (político, econômico e estratégico), apontados inclusive nas PND e Estratégia Nacional de Defesa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção promove um debate sobre os principais termos que servem de lente conceitual para a consecução da presente pesquisa: 1) As minas antipessoais, AEI e restos de explosivos de guerra; 2) A problemática de minas terrestres no mundo; 3) A ação contra minas; e 4) Dsmin Hum.

2.1 AS MINAS, AEI E ERW

2.1.1 As Minas antipessoais

As minas são artefatos explosivos que podem ser confeccionados de diversas formas e com vários dispositivos de acionamento como: pressão, descompressão, tração, presença, remotamente controladas, entre outros. Normalmente, são compostas por um invólucro com carga explosiva e um detonador que será ativado por um dos meios descritos (GAZOLA, 2017).

As minas antipessoais são arquitetadas para explodir pela presença, pela proximidade ou pelo contato de uma pessoa, incapacitando, ferindo ou matando uma ou mais pessoas (UNMAS, 2014).

Os métodos de lançamento das minas podem ser variados: lançamento terrestre (manual, mecânico ou por módulos), por artilharia e por meios aéreos. As minas continuam ativas por longo período após sua instalação, o que as torna extremamente perigosas, podendo afetar a população após um conflito (GAZOLA, 2017).

O lançamento e a transposição de campos minados consistem na guerra com minas. Compreende o emprego de minas contra o inimigo, assim como de contramedidas, a serem tomadas frente à utilização de minas pelo mesmo. Abarca todas as formas e todos os processos de utilização de minas. A mina, uma vez lançada, torna-se um perigo duradouro para ambos lados do conflito (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1999).

O emprego de minas tem, geralmente, por objetivo evitar ou impedir o acesso ou o deslocamento de uma tropa oponente, causar baixas ao inimigo ou proteger instalações e posições defensivas. Normalmente, há um padrão de lançamento ou áreas delimitadas para a utilização deste tipo de artefato, contendo um registro de localização, a fim de favorecer a desminagem futura da área (GAZOLA, 2017).

O Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército define mina como: artefato utilizado para dificultar ou impedir o movimento de pessoas, veículos ou embarcações, contendo uma carga explosiva, que ao ser acionada, causa efeito letal ou lesivo. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003).

2.1.2 Artefatos Explosivos Improvisados (AEI)

Existem diversos tipos de AEI e com uma gama de meios para seu acionamento. Eles são economicamente mais viáveis que os industrializados, pois podem ser confeccionados com qualquer tipo de material. Os mais comuns são os feitos com seringa (pressão) e os de tração por meio de cordéis (GAZOLA, 2017).

O AEI é um dispositivo colocado ou fabricado de forma improvisada que agrega diferentes tipos de produtos químicos destrutivos, letais, nocivos, pirotécnicos ou incendiários e está desenhado para destruir, incapacitar, ferir, matar, molestar ou distrair. Pode até incorporar materiais militares, mais normalmente está desenhado a partir de componentes não militares (GLOSSÁRIO, CENAN, 2015, tradução do autor).

2.1.3 Resíduos Explosivos de Guerra (ERW)

ERW referem-se aos UXO e AXO. Engenho é um termo geral que abrange armas e munições militares. UXO compreendem munições (bombas, foguetes, granadas de artilharia, morteiros, granadas e similares) que foram utilizadas, mas não detonaram intencionalmente. As taxas de falha podem ser tão baixas quanto 1 ou 2 por cento, ou até 30 a 40 por cento, dependendo de uma série de fatores, como a qualidade de fabricação, a idade da arma, condições de armazenamento, o método de uso e condições ambientais. AXO se referem a engenhos explosivos que não foram usados durante um conflito armado, mas que foram deixados ou despejados por uma parte em um conflito armado, e que não está mais sob seu controle. Munições explosivas abandonadas podem ou não ter sido preparadas, parafusadas, armadas ou preparadas para uso (CENAN, 2015)

2.2 A PROBLEMÁTICA DE MINAS TERRESTRES NO MUNDO

As minas terrestres têm como objetivo principal o uso militar, porém, causam impactos profundos e duradouros sobre as pessoas comuns e suas comunidades.

Após o fim do conflito, as minas e UXO, continuam a matar e mutilar, frequentemente inviabilizando o retorno de refugiados e pessoas deslocadas internamente de suas casas, eternizando o sofrimento de todos nas áreas afetadas (GICHD, 2014).

Nos conflitos recentes, estes artefatos foram largamente utilizados, sendo encontrados, inclusive, em locais desprovidos de valor militar, como escolas ou áreas agricultáveis. Para as populações afetadas, muitas das quais vivendo na pobreza e insegurança, o efeito das minas terrestres não se restringe ao campo físico, também interfere nos campos psicológico, social e econômico. Muito tempo depois dos conflitos terem terminado, continua a ameaça das minas terrestres (GICHD, 2014).

Os diversos conflitos deixaram um legado extremamente negativo de países que possuem regiões afetadas por minas, conforme pode ser visualizado na Figura 1, com dados obtidos em dezembro de 2017. Na legenda, observa-se a gravidade da contaminação, identificada por cores. Os países sinalizados na cor marrom possuem uma área afetada por minas maior que 100 km² (contaminação massiva); em vermelho escuro os que tem uma área afetada entre 20 e 99 km² (contaminação pesada); na cor vermelha os países com uma área afetada por minas entre 5 e 19 Km² (contaminação média); em rosa os países com uma área contaminada menor que 5 Km² (contaminação leve); na cor cinza os países sem estimativas; em verde aqueles que já completaram seus programas de desminagem; e em branco os países com nenhuma evidência da existência de áreas minadas. Além disso, aqueles listrados em preto possuem minas residuais ou suspeitas.

A Figura 2 mostra o número de baixas ocorridas por minas a partir de 1999. De igual forma à figura anterior, observa-se a gravidade por meio de cores.. Os países destacados em marrom registraram mais de 1000 baixas; em azul marinho aqueles entre 101 e 1000; em azul violeta entre 1 e 100; e em azul esverdeado aqueles que não tiveram registros de baixas.

Nesse contexto, verifica-se que o Continente Africano é a região com mais países afetados, 11 países, sendo seis deles com contaminação pesada e massiva. Além disso, de acordo com a Figura 2, a maioria dos países do continente registraram baixas ocasionadas por minas, alguns deles apresentando acidentes recentes, como Mali e Angola. Dessa forma, tais fatos demonstram que esta região necessita de um grande esforço na desminagem, o que contribuirá para o seu desenvolvimento.

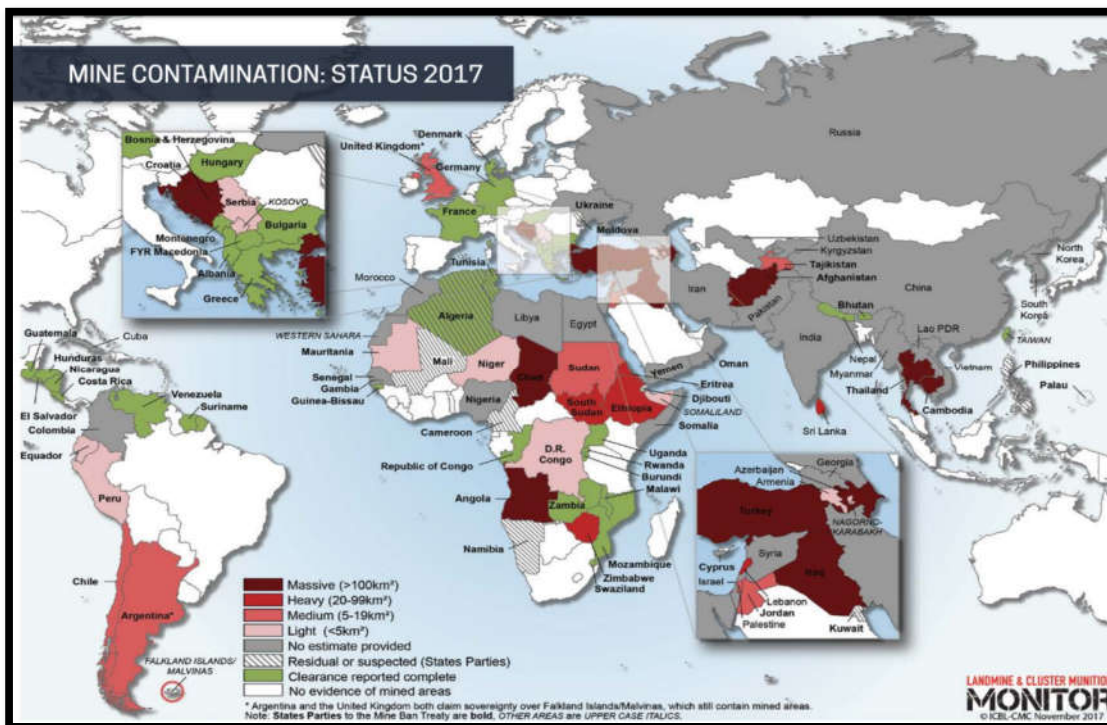


Figura 1 - Contaminação por minas no mundo (Nov, 2017) / Fonte: ICBL, 2017

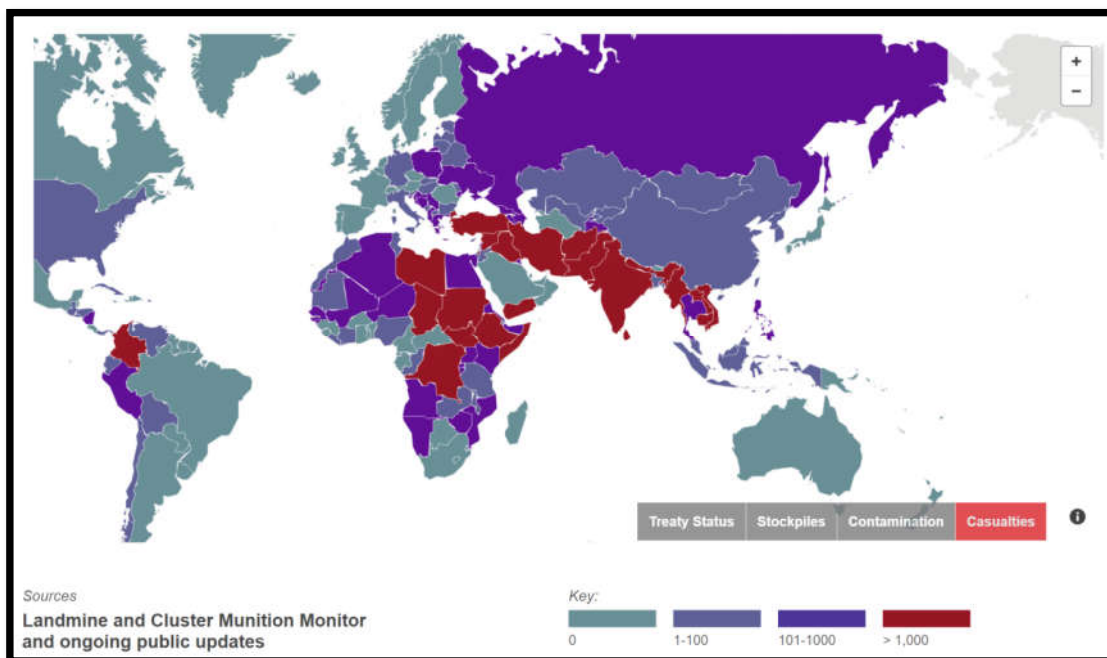


Figura 2 - Baixas por minas no mundo a partir de 1999 / Fonte: ICBL, 2018

2.3 A AÇÃO CONTRA MINAS

A primeira iniciativa da sociedade mundial contra o emprego das minas

terrestres tem como marco inicial o ano de 1988, quando a ONU demandou recursos financeiros para a realização de atividades de desminagem no Afeganistão (GICHD, 2014).

A partir disso, diversos países passaram a estabelecer seus próprios programas nacionais de ação contra as minas e, alguns organismos internacionais, como a OEA e a ONU implementaram diversos esforços para formalizar as normas e regras que visavam a aumentar a segurança dos trabalhos desenvolvidos nos campos minados e áreas afetadas por minas terrestres (NASCIMENTO, 2013).

No ano de 1992, seis organizações humanitárias se uniram para criar a ICBL. Este trabalho, incrementado com a participação de mais de 1.400 ONG, em parceria com o CICV, a ONU e a maioria dos governos, objetivava o combate ao uso das minas. Assim, em 1997, foi efetuado um acordo internacional específico para o tema: o Tratado de Ottawa, pelo qual as minas terrestres antipessoais ficariam abolidas (BORLINA, 2014).

Tratando de um tema com claras repercussões humanitárias negativas, o Tratado de Ottawa, ou Convenção sobre a Proibição de Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sobre a sua Destruição, foi um dos grandes acordos internacionais que mais rapidamente entrou em vigor em toda a história (TIBÚRCIO e MORAES, 2011 apud. RUTHERFORD, 2000).

O Tratado de Ottawa (*Anti-Personnel Mine Ban Convention* – APMBC) foi aberto para assinatura em 03 em dezembro de 1997 e entrou em vigor em 01 de março de 1999, proibindo as minas antipessoais, bem como semelhantes artefatos improvisados produzidos mediante a adaptação de outras munições. Os Estados-Parte, a partir de então, foram proibidos de usar tais dispositivos e dentro das suas possibilidades, prestar assistência na remoção de minas, em programas de sensibilização e no tratamento e reabilitação das vítimas (CICR, 1997).

Aqueles Estados contaminados por minas têm direito a procurar e receber tal apoio diretamente de outros Estados-Parte do Tratado, assim como das Nações Unidas, das organizações regionais ou nacionais, dos componentes do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e das ONG. Este ambiente colaborativo da Convenção exerce uma função tão importante como a própria proibição imposta, a fim de que a resposta internacional ao sofrimento causado por essas armas seja eficaz (CICR, 1997).

Outrossim, os países signatários devem destruir seus estoques dentro de

quatro anos e os seus campos minados dentro de dez anos a contar da entrada em vigor da Convenção para um Estado particular. Caso um Estado não consiga livrar seu território das minas, ele poderá apresentar, durante a reunião dos Estados-Parte, um pedido para prorrogar o prazo e para ser assistido no cumprimento de suas obrigações (CICR, 1997).

Em 2016, o Tratado possuía 162 Estados Partes e um signatário (Figura 3). No entanto, seu principal óbice era a ausência de países com grande capacidade de influenciar as dinâmicas da segurança internacional, como Estados Unidos, Rússia, China e Índia (ICBL, 2017). Os países destacados em verde são os Estados Partes; em verde claro os signatários; e em branco, aqueles não signatários.



Figura 3 - Tratado de Ottawa – status dos estados partes / Fonte: ICBL, 2017

Após a assinatura do Tratado, o ambiente jurídico internacional para ações de desminagem foi reforçado e ampliado, principalmente, por meio da Seção A/53/496, de 14 de outubro de 1998, que trata da Política da ONU sobre a ação de minas e a efetiva coordenação, além da criação do UNMAS dentro do DPKO (BORLINA, 2014).

O Protocolo Emendado II da CCW, de 1996, restringindo (não proibindo) o uso de todo tipo de minas, armadilhas e outros dispositivos, e o Protocolo V da CCW

(relativo aos ERW), em 2003, ampliaram essa contribuição (Figura 4). Além da entrada em vigor da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), em 2008, e da Convenção sobre Munições Cluster (CCM) em 2010 (GICHD, 2014).

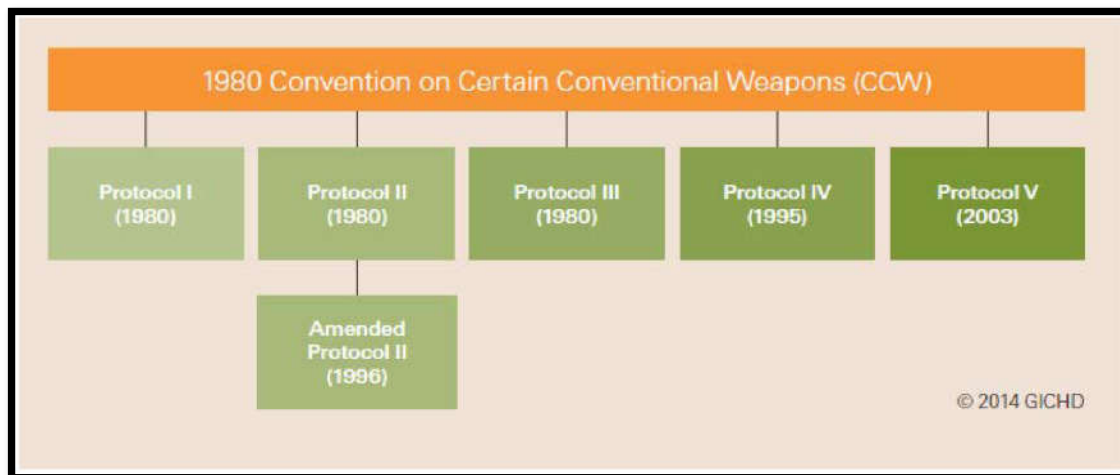


Figura 4 - Visão Geral sobre a CCW / Fonte: GICHD, 2014

Neste sentido, os Estados afetados, com o apoio da comunidade internacional, têm alcançado progressos na diminuição da ameaça de minas e ERW, incluindo as bombas de fragmentação. Tal aspecto é evidenciado, principalmente, pela redução drástica de mortes ao longo das duas últimas décadas (Figura 5), bem como pelo aumento da capacidade local em desminagem, pelos avanços na universalização dos vários tratados e convenções e pela maior cooperação entre os atores de ação contra minas (BORLINA, 2014). No entanto, percebe-se que, a partir de 2015, houve um grande crescimento de baixas, oriundo, principalmente dos países que atualmente estão vivenciando conflitos, como Iêmen, Líbia, Afeganistão e Ucrânia.

A “ação contra as minas” é uma expressão mais ampla que a Dsmín Hum, referindo-se às atividades que, em conjunto, promovem a mitigação do impacto social, econômico e ambiental das minas terrestres. Estão incluídos neste escopo: educação sobre o risco de minas, identificação e desminagem, assistência às vítimas, advocacia para condenar o uso de minas e destruição de estoques, ações que não podem ser tratadas isoladamente, pois há uma sobreposição significativa com programas complementares humanitários e de desenvolvimento, e em alguns casos com as operações de manutenção da paz e apoio à paz. Assim, é necessário um planejamento de gestão em nível global, nacional e local, envolvendo interesses internacionais, nacionais, comerciais, organizações não-governamentais e militares operando sob condições variadas (UNMAS, 2013).

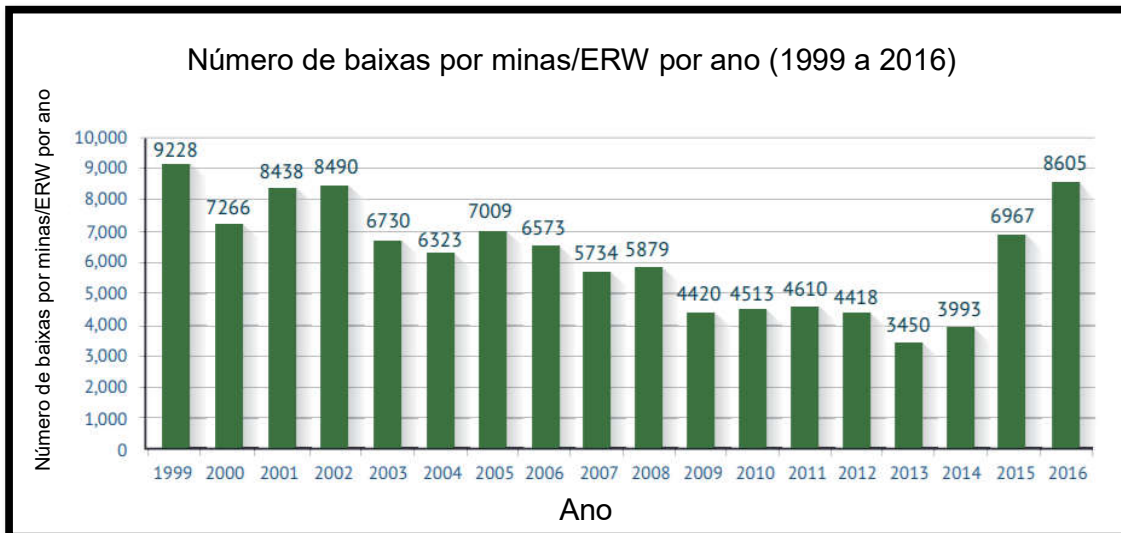


Figura 5 - Número de baixas por minas/ERW (1999 a 2016) / Fonte: ICBL, 2017

Porém, alguns desafios expressivos persistem e suas respostas devem ser abrangentes e sempre focadas nas pessoas. Uma gama de ameaças e impactos destacam a necessidade de maior proteção dos indivíduos e das comunidades, inclusive para os refugiados, pessoas deslocadas e populações regressadas. (BORLINA, 2014).

2.4 DESMINAGEM HUMANITÁRIA

A Dsmin Hum apoia as operações de paz e sua prioridade é a segurança do pessoal em detrimento da velocidade na realização dos trabalhos. As atividades são desenvolvidas em um ambiente seguro, por meio de um processo lento e metódico, visando à eliminação total das minas e dos engenhos falhados, para posterior devolução das terras desminadas para a população. A prioridade da Dsmin Hum é não haver baixas durante as operações (BRANCALIONE, 2008).

A Dsmin Hum, sendo o componente central da ação contra minas terrestres, envolve a gama de atividades que objetivam a limpeza de áreas minadas e destruição de artefatos explosivos falhados. Tais atividades compreendem as técnicas de sondagem técnica, mapeamento, sinalização, levantamento ou limpeza, certificação de limpeza e liberação de áreas, além da ligação com as comunidades afetadas (GONÇALVES, 2004).

Muito se discute nos foros internacionais sobre o enquadramento exato das operações de limpeza de áreas minadas, havendo algumas divergências entre os

Organismos Internacionais, como por exemplo a ONU que as enquadra nas funções militares das operações de apoio à paz e a OEA, que as inclui nas operações de assistência humanitária (DA CÁS, 2009).

Ao contrário da desminagem em combate, a Dsmin Hum é um novo conceito que se impõe aos exércitos que buscam se adaptar à nova ordem global. Neste contexto, uma das definições presentes nas IMAS é o *mine clearance* ou *élimination des mines*. Isto se refere à remoção de minas ou artefatos não destruídos de uma área delimitada de acordo com uma norma definida. Pode-se traçar um paralelo entre esse conceito e o que é feito em combate: a limpeza de uma área específica (uma trilha ou brecha) de acordo com uma técnica predeterminada (prevista em manuais de campanha). Por outro lado, *demining* ou *déminage*, no contexto da Dsmin Hum, possui um significado mais amplo, abarcando diversas atividades. Estão inclusos os estudos técnicos, mapeamento, remoção de minas (*clearance*), sinalização, elaboração de documentos pós-limpeza e ação comunitária. Ressalta-se que a remoção é apenas uma das ações realizadas na desminagem (GOUVÊA, 2002).

Neste sentido, as IMAS regulam, com base na Convenção de Ottawa, todos os órgãos que executam a Dsmin Hum no mundo. Ela contém procedimentos padronizados sobre medidas de segurança, responsabilidades e aspectos técnicos das atividades previstas e servem de referência para a confecção de manuais operativos em diversos programas de Dsmin Hum, como, por exemplo, o “Manual de Procedimentos Operativos para a Dsmin Hum” (MPODH), da MARMINCA. No MPODH estão claramente definidas as condições básicas necessárias ao início do trabalho diário. Caso alguma das exigências não seja cumprida não haverá desminagem, enquanto não houver a solução do problema (DA CÁS, 2009).

As atividades da Dsmin Hum, considerando aquelas em que geralmente são empregados militares do EB, compreendem as seguintes fases, detalhadas a seguir:

- Estudo de Nível I – abrange as atividades que determinam a existência de áreas suspeitas da ocorrência de minas;

- Estudo de Nível II – incluem os trabalhos que visam balizar os limites da área minada por meio de mapeamento e sinalização; e

- Estudo de Nível III – engloba as técnicas de desminagem manual, técnica de detecção canina e técnica de desminagem com equipamento pesado, além da certificação dos locais onde foram realizadas as limpezas de campos minados.

Nas atividades de remoção, o equipamento básico utilizado é o detector de

metais, que não precisa possuir uma rusticidade tão grande quanto à dos empregados em combate. É requerido apenas que ele possua uma sensibilidade adequada às características das prováveis minas existentes na região contaminada. Os equipamentos de proteção individual, basicamente capacetes, coletes, óculos protetores e perneiras, devem proporcionar conforto ao homem e devem priorizar mais a segurança que a mobilidade (BRANCALIONE, 2008).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia que será empregada na confecção do trabalho científico será conforme o descrito a seguir. Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), essa pesquisa será qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental. Qualitativa, pois estará privilegiando análises de documentos, relatos e entrevistas para entender os benefícios por meio da atuação de militares de uma forma mais profunda. Explicativa, porque o autor buscará tornar o assunto o menos complexo possível. Bibliográfica, porque terá sua fundamentação teórico-metodológica na investigação dos assuntos abordados e na criação do conhecimento disponíveis em livros, manuais, artigos e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral. Documental porque se utilizará de documentos de trabalhos, relatórios, ofícios e memorandos não disponíveis para consultas públicas.

3.2 UNIVERSO DA AMOSTRA

O universo será composto pelos países do Continente Africano que possuem em seu território artefatos explosivos ou minas terrestres oriundos de conflitos armados e a amostra será constituída por aqueles países lusófonos, pela afinidade cultural com o Brasil, e aqueles localizados no entorno estratégico brasileiro.

3.3 COLETA DE DADOS

Essa pesquisa se iniciará com uma pesquisa bibliográfica na literatura (livros, manuais, revistas especializadas e militares, normas internacionais, jornais, artigos, internet, trabalhos acadêmicos) com dados pertinentes ao assunto. Nesta oportunidade, será feita a seleção de toda a documentação que será utilizada no trabalho. Em prosseguimento, utilizar-se-á, em princípio, a pesquisa documental, via digital, nos arquivos do Estado-Maior do Exército e Centro de Doutrina do Exército, onde se buscará documentação que porventura exista sobre as ações de Dsmin Hum na África e em outros continentes. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitirão estabelecer como o trabalho dos militares brasileiros da Dsmin Hum na África irá projetar as Forças Armadas Brasileiras internacionalmente.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

A abordagem escolhida para o tratamento dos dados, privilegia procedimentos qualitativos de pesquisa. Isto em razão da natureza do problema desse trabalho e do perfil do pesquisador. Os dados serão tratados pela análise do conteúdo, que, segundo Vergara (2009), é “uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Isto ocorrerá durante toda a investigação, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na documental.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, limitar-se-á às consultas realizadas pelo autor, que buscará a maior variação possível. É de extrema importância a seleção das fontes a serem utilizadas no trabalho, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Enfim, a metodologia utilizada buscará evidenciar, de forma objetiva e clara, os seus tipos, universo e amostra, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que o método escolhido será acertado e possibilitará alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

4 O PROBLEMA DE MINAS NA ÁFRICA

O Continente Africano foi atingido, como nenhum outro pelas transformações na política mundial a partir da 2ª Guerra Mundial. O processo de descolonização africana, ocorrido particularmente, a partir da década de 1950, despertou grandes expectativas com relação aos seus novos governos libertadores e seus projetos de desenvolvimento, que foram inicialmente muito bem-sucedidos, em alguns casos. No entanto, foi atropelado por sucessivos golpes e regimes militares e pela crise econômica mundial da década de 1970, que alcançou todas as economias periféricas e provocou uma prolongada recessão até o início do Século XXI (FIORI, 2008).

Neste contexto, verifica-se também que o incremento dos conflitos africanos, na década de 1990, está claramente associado ao fim da Guerra Fria. Assim, o agravamento da crise econômica e a retirada do suporte internacional a alguns regimes, como o de Mobutu Sese Seko (reconhecido aliado das potências ocidentais nos anos da Guerra Fria), no ex-Zaire, atual República Democrática do Congo, fizeram com que os conflitos tomassem novo impulso na África, atingindo grande parte do Continente. (FILHO, 2004).

A história recente da maioria dos Estados Africanos é marcada por um profundo quadro de instabilidade política e econômica. Existe uma grande dificuldade para solucionar seus problemas e diferenças por meio da negociação político-institucional. Dessa forma, uma crise política localizada possui consideráveis elementos desestabilizadores que geralmente levam à tentativa da solução por meio de meios violentos, muitas vezes trazendo instabilidade a toda uma região. As consequências imediatas são desastrosas, via de regra resultando no envolvimento de países vizinhos em determinado conflito interno. (FILHO, 2004).

Na zona ocidental do Continente Africano, exceto Senegal e Cabo Verde, todos os países sofreram um conflito político. O Benim e Burkina Faso sofreram cinco golpes de Estado, cada um durante as décadas de 1960 a 1980. Na Costa do Marfim, dois casos de golpes tiveram lugar, em 1999 e 2011. Na Gâmbia, somente houve uma situação deste tipo de violência política, em 1994. Na Guiné Conacri houve dois casos em 1984 e 2008. A Guiné Bissau viveu quatro situações: 1980, 1999, 2003 e 2012. Na Libéria ocorreram por duas vezes: 1980 e 1990. O Mali viveu três casos: 1968, 1991 e 2012. Já no Níger, os golpes de Estado ocorreram em 1974, 1996, 1999, 2010. A Nigéria e a Serra Leoa são os Estados da região com mais golpes de Estado

registrados; na Nigéria: 1966, 1975, 1983, 1985 e 1993 e na Serra Leoa: 1967, 1968, 1992, 1996, 1997 e 1998. Por último, no Togo há registro de dois golpes de Estado, um em 1963 e outro quatro anos depois, em 1967 (ZECA, 2017 apud LOPÉZ, 2001).

Todo esse histórico de intentonas e golpes de Estados consumados demonstra uma região marcada por violência e instabilidade. Na maioria dos casos estes conflitos são resolvidos por via da violência. Apesar de existirem iniciativas para garantir a paz, segurança e estabilidade, ainda encontram grande dificuldade para assegurar a estabilidade desejada (ZECA, 2017).

Tais conflitos motivaram ou continuam motivando o uso indiscriminado de minas/ERW/AEI, ocasionando graves efeitos para os países afetados. Em sua maioria, todas as partes envolvidas nas beligerâncias contribuíram para a contaminação, afetando 32 países dos 54 existentes neste continente. Atualmente, a África é o continente mais afligido por este mal, conforme visto na tabela 1 (ICBL, 2017).

África Subsaariana	Américas	Leste e Sul da Ásia, e Pacífico	Europa, Cáucaso e Ásia Central	Oriente Médio e Norte da África
Massivo (mais que 100 km²)				
Angola Chad		Afghanistan Cambodia Thailand	Azerbaijan BiH Croatia Turkey	Iraq
Pesado (20 a 99 km²)				
Ethiopia Eritrea South Sudan Zimbabwe	Colombia	Sri Lanka		Lebanon
Médio (5 a 19 km²)				
Sudan	Argentina* Chile		Tajikistan UK*	Jordan Palestine
Leve (menos que 5 km²)				
DRC Mauritania Mozambique Niger Somaliland	Ecuador Peru		Armenia Kosovo Nagorno-Karabakh Serbia	
Sem estimativas				
Nigeria Senegal Somalia	Cuba	China India Korea, North Korea, South Lao PDR Myanmar Pakistan Vietnam	Cyprus** Georgia*** Kyrgyzstan Russia Ukraine Uzbekistan	Egypt Iran Israel Libya Morocco Oman Syria Western Sahara Yemen

Tabela 1 - Extensão estimada da contaminação das minas no final de 2016 / Fonte: ICBL, 2017

Estados / Áreas com acidentes com minas/ERW em 2016

África Subsaariana	Américas	Leste e Sul da Ásia, e Pacífico	Europa, Cáucaso e Ásia Central	Oriente Médio e Norte da África
Angola	Chile	Afghanistan	Armenia	Algeria
Cameroon	Colombia	Cambodia	Azerbaijan	Egypt
Chad		India	Belarus	Iran
DRC		Lao PDR	BiH	Iraq
Guinea Bissau		Myanmar	Croatia	Israel
Mali		Pakistan	Poland	Kuwait
Mozambique		Philippines	Russia	Lebanon
Namibia		South Korea	Serbia	Libya
Niger		Sri Lanka	Tajikistan	Palestine
Nigeria		Thailand	Turkey	Syria
Rwanda		Vietnam	Ukraine	Tunisia
Somalia			<i>Kosovo</i>	Yemen
South Sudan			<i>Nagorno-Karabakh</i>	<i>Western Sahara</i>
Sudan				
Uganda				
Zimbabwe				
<i>Somaliland</i>				

Nota: Em negrito, os Estados-Membros da Convenção de Ottawa / Em itálico, outras áreas

Tabela 2 - Estados / áreas com vítimas de minas / ERW em 2016 / ICBL, 2017

A tabela Nr 2 mostra os países em que foram registradas vítimas de minas/ERW, no mundo em 2016. Na coluna da esquerda é possível identificar os países da África Subsaariana. Nota-se que esta região é a mais numerosa em países afetados, inclusive contando com alguns já declarados limpos, como Moçambique, Ruanda e Uganda. Destaca-se que as vítimas de minas/ERW, identificadas em 2016 na tabela supracitada, incluem apenas aquelas registradas oficialmente, desconsiderando estimativas. Ademais, existem acidentes que ficam fora desta estatística global de vítimas, em sua maioria ocorrendo nos países gravemente afetados e naqueles que estão em conflito. Soma-se a isso que, em alguns estados e áreas, inúmeras vítimas não são registradas por diversos motivos. Dessa forma, o número real de vítimas provavelmente é significativamente maior nesses países. As minas, incluindo as improvisadas, e outros ERW continuam a ser uma ameaça para os civis, muitas vezes incluindo pessoas vulneráveis e marginalizadas em seus países

e comunidades. Seus destinos normalmente nem sempre chegam às manchetes e jornais.

Apesar dos grandes esforços pela limpeza de áreas minadas no Continente Africano, ainda surgem novas contaminações por minas terrestres ou artefatos explosivos improvisados, particularmente lançados por atores não-estatais que desrespeitam a legislação internacional de proibição de uso (ICBL, 2017).

Na Nigéria, os membros do grupo Boko Haram têm utilizado diversos tipos de AEI desde meados de 2014. Há indícios que o grupo Al Shabaab da Somália pode ter compartilhado seu conhecimento técnico na fabricação de tais artefatos com o Boko Haram. Em agosto de 2015, segundo o coronel Sani Usman, porta-voz do Exército Nigeriano, o Exército limpou os artefatos lançados por este grupo em uma importante estrada no Estado de Borno. Após a tomada da cidade pelos militantes, os laboratórios de química da Escola de Agricultura de Dikwa foram convertidos em fábricas destes artefatos. Neste mesmo contexto, o Exército Nigeriano divulgou uma série de fotos mostrando seus engenheiros removendo AEI lançados ao longo da rodovia Gwoza-Yamteke (ICBL, 2016).

Ainda na Nigéria, as meninas de Chibok, mais de 200 garotas raptadas de sua escola no nordeste deste País, provocaram a campanha *#BringBackOurGirls* e chamaram a atenção mundial para a insurgência do Boko Haram. Abrigado na Floresta Sambisa da Nigéria, o Boko Haram foi expulso desta área por um esforço conjunto dos exércitos aliados da Nigéria, Camarões, Chade e Níger, que compartilham fronteira na bacia do Lago Chade. Com isso, este grupo recorreu à colocação de minas/AEI em estradas e fazendas, aumentando a onda ataques nos países envolvidos no conflito. Em 2015, os quatro países tiveram um total de 32 vítimas de minas terrestres; em 2016, esse número triplicou para 103 vítimas, incluindo 34 em Camarões, um país que antes estava livre de minas terrestres (LANDMINES,2017).

Em 2016 e 2017, a UNMAS identificou o contínuo uso extensivo de minas improvisadas pelo grupo Boko Haram nas áreas do norte da Nigéria, além de relatos de possível uso de minas terrestres antipessoais convencionais. Diversos incidentes ocorreram aparentemente com o uso de AEI. Em 21 de agosto de 2017, dois criadores de gado nigerianos foram mortos e três gravemente feridos quando pisaram em mina terrestre enquanto viajavam para Biu, no estado de Borno. Estes civis aparentemente tentavam sair de uma emboscada do Boko Haram e na fuga acionaram uma mina

terrestre supostamente lançada pelos insurgentes (ICBL, 2017).

Em 2017, também foram reportados novos usos de minas por parte de grupos não-estatais nos seguintes países africanos: Camarões, Chade, Mali, Níger e Tunísia. Diversos meios de comunicação continuaram a relatar o novo uso de “minas terrestres” por militantes do Boko Haram no Chade e no Níger (ICBL, 2017)

Na República dos Camarões houve indícios de uso de AEI pelo Boko Haram no extremo norte do país, na fronteira com a Nigéria e o Chade. Este grupo hostil é responsável por fabricar e usar AEI através da fronteira da Nigéria. Em 2015, o ACNUR relatou a presença de minas terrestres em Fotokol de Cameroon e Mayo Moskota, ambos no departamento de Logone et Chari (ICBL, 2017).

A revolução da Primavera Árabe na Líbia, que levou à derrubada do regime de Gaddafi, também implicou a proliferação de dezenas de milhares de minas terrestres armazenadas por este Regime. Nos anos que se seguiram à morte de Gaddafi, o Estado Islâmico ganhou e perdeu terreno em várias cidades líbias e os combatentes do Estado Islâmico fizeram uso extensivo de minas e armadilhas. Em 2015, o Monitor registrou pouco mais de mil vítimas de minas terrestres na Líbia e, em 2016, o Monitor registrou 1.630 baixas, ou um quinto do total global em 2016 (LANDMINES, 2017). Em agosto de 2016, uma denúncia veio à tona imputando aos membros do Estado Islâmico o lançamento de minas terrestres antes de serem forçados a sair de Derna no leste da Líbia em meados de 2015. De acordo com relatos da mídia, membros do Estado Islâmico colocaram minas terrestres e AEI em torno de Sirte (ICBL, 2017).

No Mali foram relatadas 39 vítimas oriundas da ativação de AEI por meio de veículos. A *Handicap International* indicou que esses dispositivos, equipados com um mecanismo de inicialização de placa de pressão, podem ser ativados no contato ou pelo peso de uma pessoa (ICBL, 2017).

Na Tunísia, desde 2016, existem denúncias que grupos insurgentes na região de Jebel Al-Cha'anby, na província de Qsrein Wilaya / Kasserine, perto da fronteira com a Argélia, supostamente lançaram AEI. Não existe uma confirmação desta informação, no entanto várias vítimas de minas improvisadas, por vezes designadas por “minas terrestres”, continuaram a ser reportadas em 2016 e no início de 2017 naquela região.

A contaminação das grandes áreas de Moçambique por minas e UXO foi resultado da recente guerra de 30 anos, iniciada em 1964 com luta pela independência das regras coloniais de Portugal. Durante aquele conflito, as tropas portuguesas

deixaram barreiras de campos minados para tentar impedir a infiltração das bases na Tanzânia, e as forças da Rodésia disseminaram minas nas fronteiras com Moçambique para intimidar a invasão militar. Além disso, a Frelimo minou estradas e caminhos para inibir o movimento das tropas. Desde 1964 até a sua independência em 1975, minas terrestres foram constantemente utilizadas por todas as partes envolvidas nos conflitos. Apesar do País ser declarado livre de minas em 2015 (KRIPPAHL, 2015), ainda continua a apresentar acidentes, conforme mostrado na tabela 2.

A Tunísia, o primeiro país da série de revoluções da Primavera Árabe, viveu uma insurgência islamita de longa data na região montanhosa de Kasserine, ao longo da fronteira com a Argélia. Os islamitas usaram minas terrestres e armadilhas para proteger seus esconderijos nas montanhas, matando e ferindo tanto as patrulhas militares quanto os pastores nativos. Em 2016, as vítimas de minas terrestres na Tunísia mais que triplicaram desde 2015, aumentando de 20 para 65 (LANDMINES,2017).

A tabela Nr 3, atualizada em outubro de 2017, mostra os prazos para que os Estados-Partes cumpram a limpeza das minas existentes em seu território, conforme as normas da Convenção de Ottawa. Naquela data, apenas dois Estados-Partes apareciam no caminho certo para cumprir seus prazos de liberação, enquanto oito pareciam não estar no caminho certo. Atualmente, três Estados-Partes estão aguardando a aprovação de seus pedidos de extensão apresentados em 2017 (ICBL, 2017). Dessa forma, verifica-se que existe ainda uma grande demanda de esforço no processo de limpeza de áreas contaminadas por minas terrestres e AEI.

Portanto, verifica-se a gravidade do problema em relação a minas e AEI no Continente Africano. Os recentes conflitos armados contribuem para o agravamento da situação, expondo populações e dificultando o uso de terras. Além dos custos humanos e dos significativos impactos humanitários, estes riscos dificultam ainda mais as perspectivas destas nações para uma maior recuperação socioeconômica.

Estados-partes	Prazo de término original	Prorrogação do prazo	Prazo de término atual	Status
Angola	01 Jan 2013	5 anos	01 Jan 2018	Pedido de prorrogação para 2025
Chade	01 Nov 2009	14 meses (1 ^a) 2 anos (2 ^a) 6 anos (3 ^a)	01 Jan 2020	Atrasado
RDC	01 Nov 2012	26 meses (1 ^a) 6 anos (2 ^a)	01 Jan 2021	Dentro do prazo
Eritreia	01 Fev 2012	3 anos (1 ^a) 5 anos (2 ^a)	01 Fev 2020	Atrasado
Etiópia	01 Jun 2015	5 anos	01 Jun 2020	Atrasado
Mauritânia	01 Jan 2011	5 anos (1 ^a) 5 anos (2 ^a)	01 Jan 2021	Dentro do prazo
Níger	01 Set 2009	N/A (1 ^a) 1 ano (2 ^a) 4 anos (3 ^a)	31 Dez 2020	Indefinido
Nigéria	01 Mar 2012	Declarou completo em 2011, no entanto ainda são encontradas minas	Não definido	Deve pedir prorrogação do prazo
Senegal	01 Mar 2009	7 anos (1 ^a) 5 anos (2 ^a)	01 Mar 2021	Atrasado
Somália	01 Out 2022	N/A	N/A	Atrasado
Sudão do Sul	09 Jul 2021	N/A	N/A	Atrasado
Sudão	01 Abr 2014	5 anos	01 Abr 2019	Atrasado
Zimbábue	01 Mar 2009	22 meses (1 ^a) 2 anos (2 ^a) 2 anos (3 ^a) 3 anos (4 ^a)	01 Jan 18	Pedido de prorrogação para Dez 2025

Tabela 3 - Estados Partes com obrigações pendentes do Artigo 5º, seus prazos e status de qualquer prorrogação do prazo a partir de outubro de 2017. / Fonte: ICBL, 2017

5 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM DESMINAGEM HUMANITÁRIA

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil estabelece suas relações internacionais com base no artigo 4º da CF/88, seguindo os princípios da defesa da paz, solução pacífica de conflitos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Além disso, busca promover a cooperação em diversos níveis de poder e buscando uma integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina (BRASIL, 1988).

Para tanto, a Diplomacia Brasileira tem tentado ativamente participar de arranjos pacíficos de disputas, bem como de redução de conflitos dentro e fora do Continente Americano, por meio de uma participação crescente em PKO e Ajuda Humanitária, tanto da ONU como de organizações regionais (GERALDO, 2016).

No contexto das PKO, a Dsmin Hum realiza um papel crucial na detecção e destruição de minas, no apoio às vítimas e na sensibilização de pessoas nas áreas afetadas. Neste sentido, o Brasil se baseia na Resolução 53/26 da Assembleia Geral da ONU de 1998, a qual incentiva os Estados-Membros, organizações regionais, intergovernamentais e não-governamentais a continuarem prestando assistência e cooperação em países contaminados por minas, nos quais a Dsmin Hum está presente (GERALDO, 2016).

Desde 1999, o Brasil tem sido um país signatário do Tratado de Ottawa que proíbe o uso, armazenamento, produção ou transferência de minas terrestres antipessoais. O Governo Brasileiro ratificou esta convenção por meio do Decreto nº 3.128, de 05 de agosto de 1999. Neste sentido, compreendendo suas obrigações decorrentes, o Estado Brasileiro tem participado ativamente de programas de desminagem sob a égide de organizações internacionais, fazendo uso de suas Forças Armadas. O País apoia a ação contra minas monitorando as atividades das organizações humanitárias de remoção de minas e também fornecendo capacitação (GERALDO, 2016).

No âmbito das organizações multilaterais, o Brasil destacou-se na AICMA da OEA com a participação na MARMINCA, MARMINAS e atualmente no GMI-CO, fornecendo especialistas para os programas ligados à JID. Nestas missões, pode-se ver a participação de militares de outros países americanos, no entanto a participação brasileira é constante e muitas vezes supera em número as demais, conforme visto na figura Nr 6. Além disso, desde 2015, o Brasil enviou militares para participar do

GATI-CO, com o objetivo de capacitar os militares colombianos, apoiando aquele País a ter maior capacidade militar para trabalhar em operações humanitárias de remoção de minas.

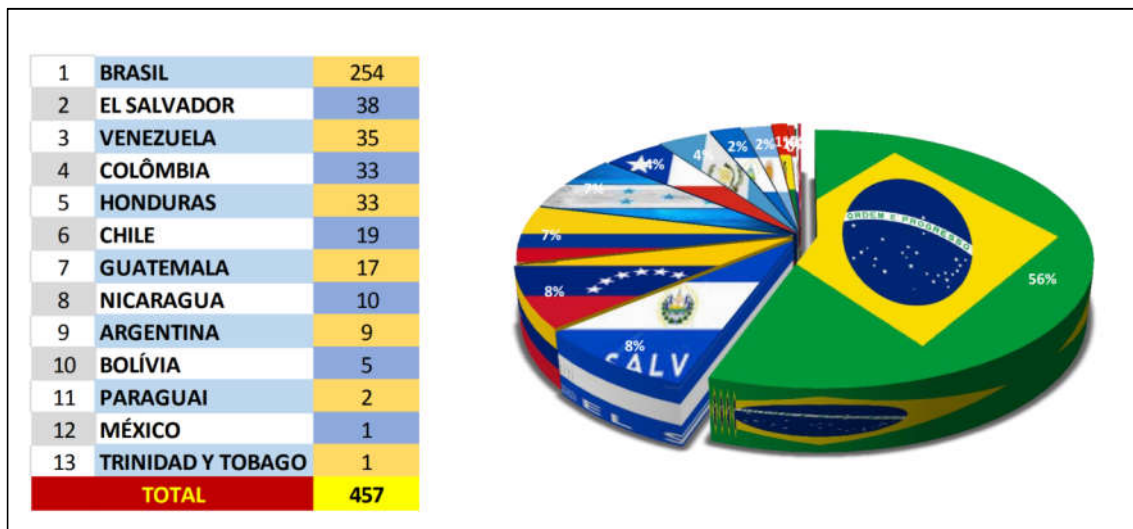


Figura 6 - Participação de militares nas missões de Dsmín Hum por país de 1994 a 2018, considerando as missões no continente americano / Fonte: BRASIL, 2018

O Brasil também apoiou processos de Dsmín Hum em Angola, 1995-1997, sob a égide da ONU, durante a UNAVEM III, os quais envolveram cerca de 200 militares, em sua maioria do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil (BRASIL, 2018a).

Já no contexto de acordos bilaterais, o País enviou militares a Moçambique e ao Saara Ocidental para garantir a qualidade dos trabalhos de desminagem. Além disso, o Brasil também enviou instrutores ao CPADD em Benin, com o objetivo de ministrar cursos de Inspetor de Certificação da Qualidade de Dsmín Hum para os países de língua oficial portuguesa na África, bem como uma Equipe de Formação Móvel do CCOPAB para Angola, a fim de contribuir para o desenvolvimento de capacidades de Dsmín Hum (GERALDO, 2016).

A seguir, serão apresentadas as mais relevantes atividades relacionadas à Dsmín Hum desenvolvidas pelas Forças Armadas Brasileiras.

5.2 MARMINCA

A partir de 1993, a OEA e a JID iniciaram o plano de desminagem na República da Nicarágua com uma Equipe Internacional composta por 15 (quinze) oficiais oriundos da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Guatemala, Honduras, Peru e Uruguai. Em um primeiro momento, estes oficiais seguiram para o Forte *Benning*, nos EUA,

onde realizaram um treinamento de 06 de março até 04 de abril de 1993. Após isso, regressaram à Nicarágua e prepararam 4 pelotões do Exército Nicaraguense, totalizando 120 sapadores. Em 10 de maio daquele ano, iniciaram-se os trabalhos de desminagem com um pelotão na cidade de Sebaco. Neste trabalho, os encargos administrativos ficaram sob responsabilidade do Exército Nicaraguense e a OEA apoiou com os supervisores internacionais. Em dezembro de 1993, a missão terminou devido a problemas orçamentários e a equipe de supervisores internacionais foi desativada. Até aquela data haviam sido destruídas 2858 minas (BRANCALIONE, 2008)

Em 10 de outubro de 1994, foi ativada a MARMHON, após solicitação de Honduras e do Secretário Geral da OEA. O primeiro comandante foi o então Ten Cel Tennyson de Oliveira Ribeiro Neto, do EB, e foi integrada por militares do Brasil, Colômbia, Honduras e EUA. Esta equipe iniciou seus trabalhos de treinamento de supervisores e sapadores. A principal missão desta equipe foi organizar o sistema de desminagem, realizar o reconhecimento de áreas e a conscientização da população civil. Os trabalhos de desminagem em Honduras se iniciaram de fato em 28 de setembro de 1995. No ano seguinte, em 20 de maio de 1996, com o apoio técnico da MARMHON, iniciou-se a desminagem na República da Nicarágua. Com isso, teve início o programa de desminagem para a América Central, já com uma nova denominação: MARMINCA. Em 01 de outubro de 1996, iniciou-se a atividade de desminagem na Costa Rica, sendo concluída em novembro de 2002. Após isso, os trabalhos em Honduras foram finalizados em junho de 2004 e logo depois na Guatemala em dezembro de 2005 (BRANCALIONE, 2008).

A MARMINCA encerrou seus trabalhos em 2010, quando foram concluídas a limpeza na Nicarágua. Após 17 anos de duração, foram destruídos cerca de 81.014 artefatos e empregados 297 militares estrangeiros, dos quais 46% foram brasileiros, considerando a participação de militares de 11 países. Dessa forma, a América Central tornou-se a primeira região do mundo livre das minas terrestres, cumprindo, assim, o prescrito no Art. 5º do Tratado de Ottawa (DEFESANET, 2017).

A MARMINCA, por sua longevidade e também por ter sido pioneira no Continente, serviu como um instrumento de desenvolvimento de técnicas e procedimentos operacionais, além de base para as normas internacionais sobre Dsmin Hum. Muitas das atuais IMAS foram decorrências das experiências vividas pelos militares brasileiros e estrangeiros que registraram e criaram as então *tablas de*

*chequeo*², que eram os únicos documentos disponíveis na época e contemplavam as regras básicas de condutas a serem observadas e as experiências da atuação dos desminadores nos campos minados da América Central, particularmente no início, nas Repúblicas de Honduras e da Nicarágua (NASCIMENTO, 2013).

5.3 MARMINAS

Em abril de 2002 a MARMINCA iniciou o apoio à Dsmin Hum no Peru e no Equador, países contaminados por minas terrestres, em consequência da Guerra do Cenepa (1995). No período de abril de 2002 até abril de 2003, a MARMINCA, por meio de seus supervisores internacionais, prestou assistência técnica aos Exércitos do Peru e do Equador e ministrou cursos básicos de sapadores, de supervisores nacionais e de planejamento de operações de desminagem. Neste contexto, em maio de 2003 foi criada a MARMINAS, cuja sede da Chefia foi estabelecida em Zarumilla, Departamento de Tumbes, no Peru. Foi designada uma equipe de Monitores Internacionais para trabalhar em cada um dos países. Após cerca de um ano de trabalho, em dezembro de 2003, concluíram-se os trabalhos na Frente Piura (Peru) e na Frente El Oro (Equador). Em janeiro de 2004 a Chefia da Missão foi trasladada de Zarumilla (Peru) para Lima (Peru), onde permaneceu até junho de 2004, quando foi transferida para Quito no Equador (BRANCALIONE, 2008).

Novamente, o protagonismo brasileiro foi marcante. A missão durou 11 anos, encerrando-se em 2013, com a participação de 81 militares estrangeiros, sendo 61% de brasileiros (DEFESANET, 2017).

5.4 GMI-CO

Em 2005, o Diretor do Escritório de Ação Humanitária Contra Minas da OEA solicitou à JID a ativação de uma missão em território colombiano. A partir de então, o Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia vem participando das atividades ligadas à Dsmin Hum. Fruto da urgência para início dos trabalhos, três MI da MARMINAS foram à Colômbia para ministrar instruções de Dsmin Hum para um grupo

² Refere-se a seis Listas de Checagem de procedimentos que foram confeccionadas pelos integrantes da MARMINCA em 1993, a partir dos conhecimentos e experiências dos militares que iniciaram os trabalhos de Dsmin Hum na América Central, onde se levava em consideração as características particulares dos campos minados existentes na Nicarágua e Honduras.

de 40 militares colombianos, que formaram o 1º Pelotão de Dsmin Hum, sendo certificados em outubro de 2005 (GAZOLA, 2017).

Somente em 1º de março de 2006, o GMI-CO foi realmente criado, sendo designado como primeiro chefe, o Tenente-Coronel Ronaldo César Brasil de Souza, do EB, e contava com mais quatro MI: dois capitães do EB e dois do Exército Hondurenho. Tais militares foram responsáveis pela execução do primeiro curso para atender as frentes de Atenção e Emergências, onde foram capacitados Líderes, Desminadores e Supervisores Nacionais. Realizaram, também, o monitoramento das operações de desminagem de dois Campos Minados localizados nos Departamentos de Bolívar e de Antioquia (GAZOLA, 2017).

O Grupo, em cerca de dez anos de trabalho na Colômbia, capacitou aproximadamente 37 Supervisores Nacionais, 122 Líderes, 475 Desminadores e 58 Enfermeiros, além de realizar um Curso de Instrutores de Dsmin Hum para 20 militares da Marinha e do Exército da Colômbia. Realizou o monitoramento e o controle de qualidade de todas as Operações de Dsmin Hum nas 35 Bases Militares e manteve o controle dos prazos dos trabalhos de todas as Operações de Dsmin Hum. Até 2016, passaram pelo grupo 48 oficiais, sendo 44 destes (32 do Exército e 12 da Marinha) brasileiros (GAZOLA, 2017).

5.5 GATI-CO

Surgiu fruto de um acordo bilateral entre o Comando General das Forças Armadas da Colômbia e a JID, que celebraram um acordo de cooperação e assistência técnica, com relação à capacitação de pessoal militar em Dsmin Hum. Ele foi assinado em janeiro de 2015, sendo o primeiro celebrado sem a participação da OEA. O grupo iniciou seus trabalhos, em junho de 2015, em coordenação com a DICED. Sua missão principal é assessorar e capacitar tecnicamente o Comando das Forças Militares. Durante a missão, o Grupo realizou palestras para grupos EXDE, instruções para supervisores nacionais, líderes e foi concebido e implementado, na Escola de Engenheiros Militares da Colômbia, o Curso de Monitores Nacionais em atividades de Dsmin Hum, que contou com a participação de militares da Marinha e Exército Colombiano, além de Monitores da DAICMA que necessitavam de capacitação técnica. Foram realizados 04 cursos de monitores com cerca de 90 pessoas. Pelo GATI-CO passaram 04 oficiais (02 do Exército e 02 da Marinha), sendo

todos brasileiros, que prestam o assessoramento junto à DICED, órgão ligado ao Oficial de Operações do Estado Maior Conjunto das Forças Militares da Colômbia (J3) (GAZOLA, 2017).

5.6 A DESMINAGEM HUMANITÁRIA NO CCOPAB

A principal missão do CCOPAB é apoiar a preparação de militares, civis e policiais militares do Brasil e de nações amigas para missões de paz e de Dsmin Hum. Neste sentido, o curso de Dsmin Hum foi criado, por meio das Portarias Nr 172 e 173, do Gabinete do Comandante do EB, em 25 de outubro de 2011, voltado para oficiais e sargentos. Este curso prepara os militares com o objetivo de: atuar como monitor e supervisor internacional em missões de Dsmin Hum sob a égide de organizações internacionais, aconselhar o comando e o alto escalão no processo de tomada de decisão em questões relacionadas com a Dsmin Hum, apoiar tecnicamente os órgãos da ONU e da OEA, as instituições governamentais de países anfitriões, ONG que atuam em PKO ou ambientes de remoção humanitária de minas (GERALDO, 2016).

Desde a criação do curso, o CCOPAB capacitou cerca de 60 soldados, dos quais 06 eram de nações amigas como Chile, Peru e Uruguai. O curso é o único desenvolvido em espanhol no CCOPAB e é realizado uma vez por ano, com duração de três semanas. O público alvo é formado por oficiais e suboficiais das Forças Armadas brasileiras e de nações amigas. São abordados os seguintes assuntos: aspectos gerais relativos às missões sob a égide de organizações internacionais; conceitos gerais e regulamentos para Desminagem Humanitária, além de toda a teoria e prática necessárias para realizar trabalhos de Dsmin Hum (GERALDO, 2016).

A primeira semana consiste em compreender o cenário mundial da Ação contra Minas e os temas centrais dos programas sob a égide de organizações internacionais, além dos tópicos relacionados ao planejamento e às atividades de Dsmin Hum. A segunda semana aborda: primeiros socorros, continuação das atividades de planejamento e de Dsmin Hum; a abordagem de uma missão específica, contendo o compartilhamento de experiências com antigos membros de missões afins; uma videoconferência com militares destacados em missões de Dsmin Hum; e finalmente as técnicas de desminagem manual, canina e mecânica. No final desta semana, há um teste sobre tópicos aprendidos desde o início do curso. Por fim, a terceira semana consiste em atividades de planejamento e credenciamento referentes a uma

organização humanitária de remoção de minas. Nesta semana, os alunos são encarregados de avaliar a capacidade operacional de uma organização de acordo com os regulamentos nacionais e internacionais da Ação contra Minas. Depois disso, há uma prova prática, contendo o planejamento, a execução e a condução dos monitores (GERALDO, 2016).



Figura 7 - Aula de primeiros socorros do curso de Dsmin Hum do CCOPAB / Fonte: GERALDO, 2018

Com o objetivo de contextualizar o curso e melhorar o processo de ensino-aprendizagem, o aluno participa, desde o início, em um cenário fictício, baseado na experiência brasileira em missões de Dsmin Hum, desenvolvendo e estimulando a internalização de situações reais, conceitos e técnicas. O cenário permite a aceleração do processo educativo por meio de um ambiente sistêmico, compatível com a realidade em que o soldado está trabalhando (GERALDO, 2016).

Neste cenário, a atividade de aprendizagem é facilitada pelos Estudos de Caso, criando possibilidades como: ilustrar diferentes pontos de vista, tópicos e princípios da Dsmin Hum; desenvolver a capacidade de analisar e resumir; desenvolver autoavaliação, comportamento, confiança e responsabilidade; definir um ambiente neutro em que os alunos possam enfrentar livremente o problema; relacionar teoria e prática; compreender a complexidade de uma situação específica; desenvolver habilidades pessoais, comunicação e compreensão; e, por fim, desenvolver tomadas

de decisão e conhecimento, além de estimular o processo de aprendizagem (GERALDO, 2016).



Figura 8 - Aula prática do curso de Dsmin Hum do CCOPAB em 2015. / Fonte: GERALDO, 2018



Figura 9 e 10 - Avaliação operacional de uma organização durante o curso de Dsmin Hum do CCOPAB em 2015./ Fonte: GERALDO, 2018

No final do curso, o concludente está preparado para cumprir missões sob a égide de organizações internacionais ou acordos bilaterais entre o Brasil e nações amigas. Desta forma, o CCOPAB pretende ser um líder global na excelência da

preparação de recursos humanos para operações de paz e de Dsmin Hum.

No entanto, esta estrutura de capacitação de Dsmin Hum ainda apresenta limitações quando comparada a outros centros de referência mundiais, como o Centro Internacional de Desminagem da Espanha, o Centro de Treinamento em Desminagem Humanitária dos EUA e o Centro de Treinamento em Desminagem Humanitária da Argentina. As Forças Armadas Brasileiras ainda carecem de um centro de referência doutrinária sobre Dsmin Hum para fomentar a investigação e o desenvolvimento de novas técnicas e equipamentos de desminagem, buscando aperfeiçoar a doutrina existente, além da formação de pessoal qualificado (BRANCALIONE, 2008). Um Centro deste tipo favoreceria uma maior possibilidade de cooperação internacional, pois estaria no mesmo nível da estrutura de outros importantes atores globais.

6 A IMPORTÂNCIA PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA DAS AÇÕES DE DESMINAGEM HUMANITÁRIA NO CONTINENTE AFRICANO

A PND constitui-se no documento de mais alto nível que direciona o planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo MD. Este documento é focado essencialmente em ameaças externas, estabelecendo objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2012a).

Neste sentido, a PND pressupõe que a defesa do País é indissociável do seu desenvolvimento, fornecendo-lhe sua proteção compulsória. A intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais associam-se ao modelo de defesa proposto nos temas expostos nesta Política (BRASIL, 2012a).

É relevante ressaltar que a PND interessa a todos os segmentos da sociedade brasileira. Baseia-se nos fundamentos, objetivos e princípios constitucionais, alinhando-se às aspirações nacionais e às orientações governamentais, em particular à PEB. Esta última propugna, de forma ampla e atual, a solução pacífica das controvérsias, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, o reforço do multilateralismo e a integração sul-americana (BRASIL, 2012a).

Ademais, destaca-se que a Nação Brasileira tem vivenciado um longo período livre de conflitos que afetou diretamente o território e a soberania nacional, implicando uma percepção desvanecida das ameaças para a maioria dos brasileiros. No entanto, é insensato imaginar que um país com o potencial do Brasil não enfrente antagonismos ao perseguir seus legítimos interesses. Uma das finalidades da PND é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira da importância da defesa do País e de que esta é um dever de todos os brasileiros (BRASIL, 2012a).

Neste contexto, a PND faz uma análise do ambiente internacional, afirmando que o mundo vive desafios mais complexos do que os enfrentados durante o período de confrontação ideológica bipolar. O término da Guerra Fria reduziu o grau de previsibilidade das relações internacionais vigentes desde a última grande Guerra Mundial, sendo pouco provável um conflito generalizado entre Estados. Contudo, renovam-se conflitos de caráter étnico e religioso, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentação de Estados, situações que afetam a ordem mundial (BRASIL, 2012a).

Além disso, a ocupação dos últimos espaços terrestres, implicarão que as fronteiras continuarão a ser motivo de litígios internacionais. No entanto, ressalta-se

que o Brasil, graças à atuação de sua diplomacia, é um dos raros países com território relevante que não possui pendências de limites com seus vizinhos, o que facilita sua atuação e relações diplomáticas e comerciais com os países limítrofes, ou mesmo favorece seu respaldo em negociações diante de imbrólios extracontinentais (GAZOLA, 2017).

Neste sentido, a par de iniciativas diplomáticas de que o Brasil tem se envolvido ativamente na busca por uma solução pacífica dos conflitos e diminuição de tensões, no Continente Americano ou fora dele, a expressão mais evidente da crescente importância do Brasil na área da paz e da segurança tem sido sua participação em operações de manutenção da paz. Estas operações são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito, bem como evitar que países em situações de pós-conflito vejam ressurgir a violência armada. Ao lado das agências, fundos e programas da ONU, as missões de paz são importante face desta organização, uma vez que representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva (BRASIL, 2012b).

O LBDN apresenta os três pilares das operações de manutenção da paz: o uso da força apenas em autodefesa ou na defesa do mandato concedido pelo Conselho de Segurança da ONU, a imparcialidade e o consentimento dos Estados em que as operações ocorrem. Assim, as missões de paz da ONU são instrumentos por meio dos quais a Organização ajuda a preservar a paz que esteja ameaçada ou tenha sido restabelecida após um conflito, não constituindo uma forma de intervenção em conflito militar em favor de um lado ou de outro (BRASIL, 2012b).

Neste contexto, o Brasil entende que os limites são claros: as missões de paz não podem substituir as partes de um conflito. A ONU ajudará a sustentar a paz que as partes venham a construir, devendo fazê-lo de modo estritamente imparcial, para que mantenha sua legitimidade e amplie seu valor político (BRASIL, 2012b).

As missões de paz da ONU contribuem aos envolvidos um ambiente político e de segurança favoráveis, assim como o tempo necessário para alcançar a paz permanente. É capital, de modo a garantir sustentabilidade e o sucesso de suas ações, a cessão de recursos e meios militares para o cumprimento de seus mandatos. Dessa forma, um importante desafio é a proteção de civis em situações de conflito (BRASIL, 2012b).

Assim, o Brasil sustenta que as operações de manutenção da paz devem

apoiar-se sobre quatro elementos: segurança, fortalecimento institucional, reconciliação nacional e desenvolvimento. A harmonia entre esses elementos é uma prioridade brasileira, seja no debate conceitual, resultando na elaboração das diretrizes da ONU sobre o tema, ou na atuação das forças brasileiras nessas missões.

Desse modo, a atuação brasileira em missões de paz tem se distinguido, sempre que cabível, pelo esforço na reconstrução dos países em bases social e economicamente sustentáveis. Portanto, a Dsmin Hum ganha importância nesta consolidação, aliviando o sofrimento da população e permitindo o uso seguro da terra para as atividades socioeconômicas, após o término das hostilidades.

Ainda, salienta-se que o Manual MD34-M-02, sobre o preparo para a participação em Operações de Paz, deverá estar voltado, basicamente, para o cumprimento das tarefas previstas para as unidades disponibilizadas para cada missão. Dentre as tarefas operacionais realizadas por uma Força de Paz previstas neste manual, estão elencadas diversas ações, dentre elas as operações de desminagem (BRASIL, 2013).

Segundo a PND, o Brasil busca aprofundar seus laços de cooperação visualizando um entorno estratégico que extrapola a Região Sul-Americana e inclui o Atlântico Sul e os países da África, em especial os da África Ocidental e os de língua portuguesa, assim como a Antártica. Portanto, a ampliação de missões no Continente Africano favorecerá a integração brasileira (BRASIL, 2012a).

No Continente Africano essa cooperação é facilitada pelos laços existentes. Os elementos culturais e históricos africanos, componentes da sociedade brasileira, transcendem as regiões de colonização portuguesa. O Brasil é o maior país com população oriunda da África e o segundo com maior população negra, fora do Continente Africano, cuja população procedeu, predominantemente, de diversas regiões da costa oeste da África. Esse fato criou elos de união cultural entre esses povos; além da identificação sociocultural, que transpassa a sociedade brasileira, o enorme contingente de descendentes da diáspora africana – que se identificam como tal e compõe-se como força social e elemento relevante do espectro político brasileiro –, torna-se um componente decisivo na construção do papel da África na PEB (RIZZI et al., 2011).

Acresce-se ainda que o estreitamento desses laços entre o Brasil e a África não está restrito apenas à PEB, mas também internamente por meio da revalorização desses vínculos, com busca de reparação pelo papel destinado aos descendentes

africanos no período escravocrata. As ações afirmativas para negros, as atividades de promoção da cultura afro-brasileira, o suporte ao rigor no combate a discriminação racial e o incentivo e ao ensino e a pesquisa da cultura africana em todas as instâncias do ensino brasileiro constituem-se exemplos claros de aproximação entre ambos lados. Essas ações contribuem na construção da imagem, junto às populações e governos africanos, de um Brasil que possui muito mais que uma agenda comum no sistema internacional, mas um forte conteúdo identitário compartilhado, facilitando a implantação de missões de cooperação de vários matizes, como àquelas relacionadas à defesa (RIZZI et al., 2011).

A partir da década de 1980 foram celebrados diversos intercâmbios com a criação de foros multilaterais e bi-regionais, visando a maior aproximação entre o Brasil e os países africanos. A seguir serão apresentados aqueles mais relevantes, como ZOPACAS, ASA, CPLP e a UA.

A ZOPACAS foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução 41/11 da ASNU. A partir de então, foram aprovadas 22 resoluções adicionais. A última foi adotada em 2015 e enfatizou seu papel como fórum para interação crescente e apoio mútuo entre os Estados do Atlântico Sul. Este grupo é integrado por 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, 2018b).

A ZOPACAS se constitui no principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Este órgão busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por intermédio do fortalecimento da coordenação e cooperação entre seus Estados-Membros. A Reunião Ministerial de Montevideu, em 2013, buscou prioritariamente revitalizar a ZOPACAS e contou com a participação de praticamente todos os países membros. Nela os países concordaram em reunir-se anualmente à margem da ASNU para revisar o progresso alcançado e decidir sobre ações futuras. Dentre as inúmeras iniciativas deste fórum, cita-se o Seminário de Operações de Paz – ZOPACAS, que teve lugar em Salvador, em novembro de 2015 (BRASIL, 2018b).

Além disso, o Brasil tem buscado expandir e aprofundar seu relacionamento com a África, abrindo outros canais de diálogo político, forjando novas parcerias comerciais e ampliando projetos de cooperação. Um dos mais importantes é a ASA.

Como único mecanismo a reunir periodicamente líderes africanos e sul-americanos, apresenta-se como um momento privilegiado para o estreitamento de laços entre as duas regiões. São membros da Cúpula 66 países dos dois continentes – 12 sul-americanos e 54 africanos –, equivalente a quase um terço dos Estados-membros das Nações Unidas (BRASIL, 2018c).

Ademais, a participação brasileira na ASA reflete a importância crescente atribuída à África, vista cada vez mais como parte da nossa vizinhança. Além disso, constitui-se em um foro para o debate de iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos países membros, em uma relação pautada pela cooperação entre países que compartilham problemas e desafios semelhantes (BRASIL, 2018c).

Outro importante mecanismo de aproximação é a CPLP. Criada em 1996, conta com nove membros, a maioria em solo africano (6 países): Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Seus estatutos abarcam três objetivos fundamentais para a organização: concertação político-diplomática; cooperação em todos os domínios; e promoção e difusão da língua portuguesa. (BRASIL, 2018c).

A singularidade da CPLP reside no fato de seus Estados-membros serem construídos sobre uma mesma base sólida de idioma e de laços históricos e culturais semelhantes, ou seja, uma rede de interesses e valores compartilhados que transcendem a distância geográfica. Ela também conta com um foro de Pontos Focais de Cooperação, com Reuniões Ministeriais nos mais variados setores de governo e com uma Assembleia Parlamentar, constituída por representantes dos Poderes Legislativos dos Estados membros (BRASIL, 2018c). Assim, a CPLP se constitui em um importante meio para ampliar a cooperação em operações de paz, particularmente as ações de Dsmín Hum, já que parte de seus integrantes ainda apresentam problemas com minas/ERW em seu território, como Angola e Moçambique.

Ainda neste contexto, a abertura da Embaixada Brasileira em Adis Abeba, Etiópia, sede da UA, em 2005, refletiu o interesse brasileiro em acompanhar as atividades desta União. Dessa forma, o Brasil tem sido convidado, desde então, a participar dos principais eventos da UA, na condição de observador. Esta organização, criada em 2002, em substituição à antiga Organização da Unidade Africana, tem atuado na mediação e prevenção de conflitos, como nos casos da Somália e do Sudão. Sua contribuição é significativa para a evolução institucional do Continente, promovendo o chamado "renascimento africano" e forjando um novo perfil para a

África – caracterizado, sobretudo, pela modernização das instituições políticas e das estruturas econômicas. As iniciativas da UA estão voltadas ao respeito aos direitos humanos, à abertura econômica e à transparência administrativa nos Estados-Membros. Ressalta-se que ela é um ator de grande importância para a PEB, pois é foro incontornável para articular e impulsionar iniciativas em várias áreas – da política à economia, da agricultura ao desenvolvimento social (BRASIL, 2018c). Neste sentido, a participação brasileira no principal órgão aglutinador africano constitui-se em um valioso meio para incrementar os laços de cooperação brasileiros no campo da defesa, particularmente aqueles voltados para as operações de paz e cooperação de defesa.

A PEB, como visto acima, dá ênfase ao seu entorno estratégico. O Brasil, país de dimensões continentais e entre as 10 maiores economias globais, apresenta-se como protagonista regional. Aliado a uma diplomacia baseada na confiança e no *soft Power*, o País tem conseguido maior espaço internacional e tem aumentado sua influência internacional (GAZOLA, 2017). Ao apoiar países africanos para solucionar seus problemas internos, por intermédio de ações políticas, econômicas, militares e humanitárias, o país reforça sua diplomacia e aumenta sua influência regional.

O *soft Power*, ou poder suave, é um termo usado na diplomacia para definir a competência de um país para conseguir o que deseja por meio de sua cultura e de sua imagem, de sorrisos e paciência, em oposição às armas e à força. O conceito foi delineado nos anos 1990 pelo cientista político americano Joseph Nye (GAZOLA, 2017).

Por outro lado, ainda segundo a concepção de Nye, as estratégias mais eficazes da política externa de hoje determinam uma combinação de recursos de *hard power* e *soft power*, conhecida como a estratégia de *smart power* (NYE, 2009). Tal termo é definido pelo CSIS como “uma aproximação que ressalta a necessidade de um exército forte, mas que também investe fortemente em alianças, parcerias e instituições de todos os níveis para expandir a influência e a legitimidade das ações” (CSIS, 2007). O *smart power* “envolve o uso estratégico da diplomacia, persuasão, capacidade de construção e de projeção de poder e influências que são rentáveis e têm legitimidade política e social” (CROCKER et al., 2007).

Nessa direção, as ações brasileiras são reforçadas pela atuação das Forças Armadas, na qual está alinhada com a PEB, o LBDN, a END e PND, contribuindo, assim, para a projeção e protagonismo internacional brasileiro. Dessa forma, é

imprescindível o preparo das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais de apoio à política exterior do Brasil. Nestas operações, as Forças agirão sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, pois o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional.

Nas últimas décadas, o País tem se projetado no campo militar com a participação em diversas missões operacionais da ONU e da OEA, bem como em acordos bilaterais com o envio de militares para realizar cursos e como instrutores no exterior e também recebeu militares estrangeiros em suas escolas, visando assim uma maior interação entre os países amigos (GAZOLA, 2017).

Para isso, a minuta da END³ do ano de 2016 define medidas a serem adotadas de modo a serem atingidos os oito OND elencados no aludido documento. Assim, dois objetivos claramente direcionam a atuação das Forças Armadas no âmbito internacional. São eles: o OND 5 “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais” e o OND 6 “contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”. A seguir, serão mostradas aquelas ED, subordinadas aos objetivos supracitados, voltadas para o ambiente externo ao sul-americano (BRASIL, 2016b).

A ED número 12, nomeada como “Promoção da Cooperação Internacional”, refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação. Dessa forma, para atingir esta estratégia foram definidas cinco AED, destacando-se aquelas relacionadas à integração com a África: AED-47, intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais; AED-48, intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países; AED-49, intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa; e AED-50, intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais (BRASIL, 2016b).

³ Nota do MD: “O LBDN, a PND e a END, versão 2016, foram encaminhadas para apreciação do Congresso Nacional, em novembro de 2016, em cumprimento ao previsto na Lei Complementar (LC) nº 97/1999, alterada pela LC nº 136/2010, correspondentes ao período 2017/2020. O projeto gráfico final das edições impressa e eletrônica também poderá diferir das minutas ora disponibilizadas. Assim, solicita-se aos usuários desses documentos que, em seus estudos e apresentações, seja citada a condição de minuta/proposta dos textos e dados, até sua aprovação e publicação definitivas.”

Ainda neste sentido, acrescenta-se a ED-13 “Atuação em organismos internacionais” que aborda a atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais. De modo a direcionar os esforços, foram definidas três AED, a seguir descritas: AED-50, intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais; AED-52, desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais; e a AED-53, aperfeiçoar o adestramento de civis e militares para participação em operações internacionais (BRASIL, 2016b).

Além disso, a ED-14 “Atuação com base no multilateralismo” relaciona-se à atuação do Setor de Defesa em consonância com o posicionamento político do Brasil, de modo a defender o princípio do multilateralismo nas relações internacionais, nas operações internacionais e nas ações de cooperação com outros países e organismos estrangeiros, de modo a ampliar a participação dos países na discussão de temas de interesse global, conferindo às decisões maior legitimidade (BRASIL, 2016b).

Com isso, a participação de militares em missões de organizações internacionais por meio acordos bilaterais e de missões e atividades voltadas para atividades humanitárias, auxiliam na projeção das Forças Armadas Brasileiras no cenário internacional (GAZOLA, 2017).

Em apoio às Nações Unidas, o País procura enviar observadores militares para diversas missões, como no Congo e no Saara Ocidental. No Líbano, participa com militares no Estado-Maior do Batalhão de Paz Espanhol e integra a FTM-UNIFIL. Recentemente, o país também comandou e possuiu tropas de 2004 até 2017 na MINUSTAH. O êxito atingido pela liderança do Brasil no Haiti alavancou o país internacionalmente, notadamente pela característica pacifista e conciliadora para resolver imbróglios nos países afetados (GAZOLA, 2017).

No contexto do desdobramento de uma Força de Paz, a multiplicidade de habilitações de seus componentes é latente, principalmente porque as situações inesperadas e eventuais baixas podem exigir o emprego do militar em outra função diferente daquela para a qual está designado. Dessa forma o emprego de uma Companhia de Engenharia de Desminagem, ou mesmo um Pelotão orgânico da Companhia de Engenharia de Força de Paz, em apoio ao contingente de tropas da ONU, incrementaria as capacidades das tropas brasileiras, realizando atividades

como reconhecimento especializado e execução da desminagem propriamente dita (BASTOS, 2003).

O aumento das demandas de operações de paz ensejou a criação de um órgão responsável pela preparação dos recursos humanos. No início, os primeiros contingentes de tropa brasileira desdobrados para o emprego em missões fora do país foram responsáveis por sua preparação. Posteriormente, a 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército ficou encarregada de planejar esses treinamentos e adestramentos. Em 2001, foi criado, na Divisão de Missão de Paz do COTER, o CEPAB, com a missão de orientar o preparo de todos os militares brasileiros designados para integrarem Missões de Paz (BRASIL, 2018e).

Nesse contexto, a Resolução 44/49, da ASNU, de 08 de dezembro de 1989, sobre a “Revisão Abrangente da Questão das Operações de Paz em Todos os seus Aspectos”, encorajou os Estados-Membros a se constituírem na implantação de programas de treinamento para militares e civis para o emprego em operações de paz. Em reunião do IV Comitê da ASNU, ocorrida em 04 de outubro de 2005, na qual discursou o Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, aprofundou o assunto e destacou o compromisso dos diversos Estados-Membros no treinamento para as operações de paz. Fruto desses eventos e diante de uma crescente mobilização internacional dos países-membros na criação de estruturas congêneres, o EB, maior contribuinte no âmbito da Forças Armadas Brasileiras neste tipo de missão, criou, por meio da Portaria do Comandante do Exército Nr 090, de 23 de fevereiro de 2005, o CI Op Paz (BRASIL, 2018e).

Assim, após a criação desse Centro, os contingentes passaram a se preparar e a serem empregados de modo mais efetivo para as missões da ONU, particularmente a partir dos primeiros contingentes da MINUSTAH, produzindo significativas modificações no comportamento das tropas no terreno (BRASIL, 2018e).

Consoante com a PND à época, em 2010, por meio da portaria nº 952 do MD designa o CI Op Paz, do EB, como responsável pela preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz, alterando a sua denominação, para CCOPAB. A visão deste Centro é ser uma referência internacional na promoção da excelência do preparo de recursos humanos para operações de paz e Dsmin Hum. Tal estrutura de preparação poderia evoluir para um Centro de Treinamento de Desminagem Humanitária, do mesmo nível de países como EUA, Espanha e Argentina, possibilitando maior inserção nas ações de desminagem dos

países africanos.

Portanto, verifica-se a preocupação do Estado Brasileiro na promoção da integração no âmbito da Defesa, particularmente na cooperação internacional, na qual podem ser inseridas as missões de Dsmin Hum. Tal vertente é uma janela de oportunidade para a atuação no continente africano, visto a grande incidência de áreas contaminadas por minas/ERW, aliada à relevante experiência das Forças Armadas Brasileiras nesta atividade, conforme descrita no capítulo 5.

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa baseou-se em um estudo da participação de militares do EB em ações de Dsmin Hum no Continente Africano e como esta participação estaria projetando as Forças Armadas Brasileiras no cenário internacional.

No que tange à Ação contra Minas, é relevante destacar a importância da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sobre sua Destruição, mais comumente chamada de Convenção de Ottawa. Ela demonstra claramente o esforço da comunidade internacional na solução dos problemas causados pelo uso indiscriminado das minas terrestres antipessoais por diversos países e por grupos armados à margem da lei. Tal fato fica corroborado por meio dos diversos programas de desminagem humanitária pelo mundo e pelo grande envolvimento de diversos atores internacionais nesta questão.

Com base nos dados apresentados, pode-se verificar uma ampla gama de oportunidades de integração no campo da Desminagem Humanitária na África. O longo período de conflitos motivou o uso indiscriminado de minas/ERW/AEI, ocasionando graves efeitos para 32 países dos 54 existentes. Atualmente, a África é o continente mais afligido por este mal. Acresce-se que, apesar dos grandes esforços pela limpeza de áreas minadas no Continente Africano, ainda surgem novas contaminações por minas terrestres ou artefatos explosivos improvisados, particularmente lançados por atores não-estatais que desrespeitam a legislação internacional de proibição de uso.

Além disso, verifica-se que os prazos para que os estados-partes cumpram a limpeza das minas existentes em seu território conforme as normas da Convenção de Ottawa em sua maioria estão com os cronogramas atrasados, implicando ainda uma grande demanda de esforço no processo de limpeza de áreas contaminadas por minas terrestres e AEI. Soma-se ainda, a existência de um número relevante de acidentes recentes causados por minas nestes países, inclusive daqueles considerados limpos, como Moçambique.

Ao apoiar países africanos na solução de seus problemas intrínsecos, no campo de ações humanitárias e de missões de paz, o Brasil reforça sua diplomacia e aumenta sua influência no seu entorno estratégico. Tais ações são reforçadas pela atuação de nossas Forças Armadas, convergentes com os documentos norteadores da Política Nacional, como a PEB, o LBDN, a END e PND, contribuindo, assim, para

a projeção e protagonismo internacional brasileiro.

Alia-se a isso que, no Continente Africano, essa cooperação é facilitada pelos laços existentes. Os elementos culturais e históricos africanos componentes da sociedade brasileira transcendem as regiões de colonização portuguesa. O Brasil é o maior país com população oriunda da África e o segundo com maior população negra, fora do continente africano, cuja população procedeu, predominantemente, de diversas regiões da costa oeste da África. Esse fato criou elos de união cultural entre o Brasil e o Continente Africano como um todo. Desta forma, tal vínculo poderia ser um importante estímulo para o estabelecimento de ações humanitárias, particularmente, a desminagem.

Verifica-se, também, que as Forças Armadas brasileiras possuem vasta experiência em Desminagem Humanitária. A partir de 1993, no âmbito das organizações multilaterais, o Brasil vem colaborando na Ação contra Minas na MARMINCA, MARMINAS e atualmente no GMI-CO e GATI-CO, fornecendo especialistas para os programas ligados à JID, além das missões no Benin e em Angola. Em todas estas missões, o contingente brasileiro foi o mais numeroso. Ressalta-se o pioneirismo da MARMINCA no desenvolvimento de técnicas e procedimentos operacionais, constituindo base para as normas internacionais sobre Dsmin Hum.

Ademais, foi criado no CCOPAB o curso de Desminagem Humanitária, que objetiva preparar os militares em missões de Dsmin Hum sob a égide de organizações internacionais. Este Centro constitui-se referência na preparação de militares em âmbito internacional, podendo ser uma oportunidade de ampliação de cooperação nesta área, proporcionando cursos para os participantes dos diversos programas de desminagem dos países africanos.

No entanto, tal estrutura ainda carece de um centro de referência doutrinária sobre desminagem humanitária, que esteja em sintonia com as mais modernas técnicas e equipamentos em uso no mundo e que promova o contínuo estudo da doutrina de emprego de minas terrestres e o intercâmbio com outras instituições internacionais similares, como o Centro de Desminagem Humanitária de países como EUA, Espanha e Argentina.

Neste contexto, o incremento de missões de Desminagem Humanitária fortalece o *soft e o smart power*, ao mesmo tempo projeta as Forças Armadas no cenário internacional. A expansão das relações multilaterais e das ações de

cooperação, favorecerá a redução das mazelas humanitárias da África, além de demonstrar a capacidade brasileira de ajuda e de apoio nos esforços para a segurança internacional, aumentando a legitimidade do País aos princípios da paz mundial.

Dessa forma, a ativação da participação de militares brasileiros na Desminagem Humanitária na África refletirá em um grande valor político-estratégico para o Brasil, constituindo-se relevante no apoio aos processos de integração que se desenvolvem no Continente Africano ao promover o diálogo, a confiança e a cooperação militar para defesa mútua.

Assim, este trabalho não tem a pretensão de esgotar o assunto e sim de estimular o debate acerca do tema, bem como despertar o interesse do leitor sobre as atividades envolvidas na desminagem humanitária e no emprego das Forças Armadas no Continente Africano.

Por fim, é de grande importância, no âmbito internacional, a participação brasileira nos diversos programas de desminagem humanitária e em missões da ONU, pois contribui para maior inserção do País no seu entorno estratégico, particularmente no solo africano. Tal participação incrementará o intercâmbio militar e possibilitará a atualização de técnicas e procedimentos nesta área, fortalecendo as relações brasileiras com outras Forças Armadas e em fóruns internacionais e projetando o Brasil e suas Forças Armadas no cenário internacional, consoante com sua PND.

BIBLIOGRAFIA

AFRICA, Our. Disponível em: < <http://www.our-africa.org/angola/land-mines>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

AFRICA Review. **Landmine kills two Kenya police officers**. Disponível em: <<http://www.africareview.com/news/Landmine-kills-two-Kenya-police-officers/979180-3941498-5xbk74z/index.html>> . Acesso em: 17 Mar 2018.

BASTOS, Eduardo Henrique da Silva. **Desminagem nas Operações de Paz: a Companhia de Engenharia de Desminagem nas Operações de Paz**. 2003. 79 f. Dissertação (Mestrado em Operações Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2003.

BORLINA, Marcelo Florentino. **A Desminagem Humanitária como Instrumento Político da Diplomacia Brasileira**. 2014. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

BRANCALIONE, Ronaldo Moraes. **Participação Brasileira nas Operações de Desminagem Humanitária: ensinamentos para a Força Terrestre**. 2008. 148 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa>> Acesso em 14 de outubro de 2017.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional** 2012b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

_____. **MD34-M-02: Manual de Operações de Paz**. 3. ed. Brasília, DF, 2013.

_____. **Política Nacional de Defesa, 2016a**. Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em 14 Jul 18.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa, 2016b**. Disponível em: < https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em 14 Jul 18.

_____. Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, **X Reunión de Doctrina de Desminado Humanitario / JID**. 2018a. disponível em <<https://drive.google.com/drive/folders/1CwGWDFTEflk7wtE662yUjQjKP-7CDS-U>>. Acesso em 10 Jul 2018.

_____. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.** Ministério das Relações Exteriores. 2018b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em 14 Jul 18.

_____. **Cúpula América do Sul–África.** Ministério das Relações Exteriores. 2018c. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3674-cupula-america-do-sul-africa-asa>>. Acesso em 14 Jul 18.

_____. **União Africana.** Ministério das Relações Exteriores. 2018d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3681-uniao-africana>>. Acesso em 14 Jul 18.

_____. **Sobre o CCOPAB.** 2018e. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>>. Acesso em 14 Jul 18.

CENTRO NACIONAL CONTRA ARTEFACTOS EXPLOSIVOS Y MINAS (CENAN), **Glosario nacional de términos relacionados al desminado.** Ejército Colombiano. 25 Set 15. Disponível em: https://www.ejercito.mil.co/index.php?id_categoria=385027. Acessado em: 20 Agosto 2018

COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICR). **Convención de 1997 sobre la prohibición de las minas antipersonal y sobre su destrucción.** 2000. Disponível em <[http:// https://www.icrc.org/spa/assets/files/other/1997_minas.pdf](http://https://www.icrc.org/spa/assets/files/other/1997_minas.pdf) > Acesso em 16 mar. 2018.

The CITIZEN. **Landmine kills 24 in fresh Mali attack.** Disponível em: <<https://citizen.co.za/news/news-africa/1795815/mali-unrest-blast/>>. Acesso em: 17 Mar 2018. 2018a

The CITIZEN. **Four UN troops killed in central Mali mine blast.** Disponível em: <<https://citizen.co.za/news/news-africa/1840203/mali-unrest-un/>>. Acesso em: 17 Mar 2018. 2018b

CENTER FOR STRATEGIC & INTERNACIONAL STUDIES (CSIS). **Commission on Smart Power: A smarter, more secure America.** Coauthors, Richard L. Armitage, Joseph S. Nye, Jr. 2007. ISBN 978-0-89206-510-3. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf>. Acesso em 14 Jul 18.

CROCKER, Chester A, Hampson, Fen Osler; Aall, Pamela R. (2007). **Leashing the Dogs of War: Conflict Management in a Divided World.** US Institute of Peace Press. p. 13. ISBN 978-1-929223-97-8

DA CÁ, Francisco Hosken. **A preparação de militares de engenharia do Exército Brasileiro para missões de desminagem humanitária.** Dissertação (Mestrado em Operações Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2009.

DEFESANET. **A Terceira Onda de Desminagem Humanitária Concluindo o Ciclo nas Américas.** Defesanet. 27 Mar 2017. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/25248/A-Terceira-Onda-de-Desminagem-Humanitaria-Concluindo-o-Ciclo-nas-Americas/>> Acesso em: 06 Jun 18.

ECEME. **Manual Escolar de elaboração de projetos de pesquisa na ECEME** (ME 21-259). Departamento de Pesquisa Pós-graduação – Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **C 5-1: Emprego da Engenharia.** 3. ed. Brasília, DF, 1999.

_____. **C 20-1: Glossário de termos e expressões para uso no exército.** 3. ed. Brasília, DF, 2003.

FILHO, Pio Penna. **Segurança seletiva no pós-Guerra Fria: uma análise da política e dos instrumentos de segurança das Nações Unidas para os países periféricos - o caso africano.** Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, DF. Vol 47, Nr 1, Jan/Jun 2004

FIORI, José Luís. **Provavelmente, Deus não é africano.** Valor Econômico, v. 23, 2008

GAZOLA, Miguel Rotundo Barra. **O programa de ação integral contra minas antipessoal da Colômbia e a importância da participação dos militares brasileiros para a projeção das Forças Armadas do Brasil.** 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

GERALDO, Anderson Félix. **Ação contra minas e a Participação brasileira em missões de Desminagem Humanitária.** Revista do CCOPAB, Rio de Janeiro, p.53-71, Volume 1, Número 2, 2016 - ISSN: 2525-5282

GICHHD (The Geneva International Centre for Humanitarian Demining). **A Guide to Mine Action.** Fifth Edition, GICHHD, Geneva, March 2014.

GONÇALVES, Hermes Leonel Menna Barreto Laranja. **O centro de desminagem humanitária: um núcleo de excelência na preparação de efetivos para missões de paz.** 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado em Operações Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2004.

GOUVÊA, Carlos Eduardo Machado. MARMINCA: **Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central.** Military Review, Fort Leavenworth, p. 74-79, 3. trim. 2002.

INTERNATIONAL CAMPAIGN TO BAN LANDMINES (ICBL). **Why Landmines Are Still a Problem.** Disponível em: <<http://www.icbl.org/en-gb/problem/why-landmines-are-still-a-problem.aspx>>. Acesso em 11 Mar 2018.

_____. **Landmine & Cluster Munition Monitor.** Brazil: Mine Ban Policy. Atualizado em 27 out 2011. Disponível em: <http://www.the-monitor.org/index.php/cp/display/region_profiles/theme/1646>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. **Landmine & Cluster Munition Monitor**. Angola. Atualizado em 17 Jul 2017. Disponível em: < <http://www.the-monitor.org/en-gb/reports/2017/angola/view-all.aspx>> . Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. **Landmine Monitor 2016**. Novembro 2016. ISBN: 978-2-9701146-0-4. Disponível em: < <http://www.the-monitor.org/media/2386748/Landmine-Monitor-2016-web.pdf>>. Acesso em: 20 Maio. 2018.

_____. **Landmine Monitor 2017**. Novembro 2017. ISBN: 978-2-9701146-2-8. Disponível em: < http://www.the-monitor.org/media/2615219/Landmine-Monitor-2017_final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

KRIPPAHL, Cristina. **Moçambique está oficialmente livre de minas antipessoais**. Deutsche Welle on-line. 17 Set 2015 Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-est%C3%A1-oficialmente-livre-de-minas-antipessoais/a-18720907>> Acesso em 20 de maio de 2018.

LANDMINES. **What We Learned from this Year's Landmine Monitor**. 25 Dez 17. Disponível em: <<https://landminesinafrica.wordpress.com/2017/12/>>. Acessado em: 17 Jul 18.

MOON, BAN KI. **Discurso do Secretário Geral da ONU no Dia Internacional da Sensibilização e da Assistência às Minas em 04 Abr 09**. Disponível em: < <http://www.un.org/press/en/2009/sgsm12149.doc.htm>> Acessado em: 11 Mar 18

NASCIMENTO, Normando Bona. A importância da desminagem humanitária para a desminagem militar. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) — Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2013.

NEW24. **19 killed in Guinea-Bissau land mine blast**. Disponível em: <<https://www.news24.com/Africa/News/19-killed-in-Guinea-Bissau-land-mine-blast-20140927>>. Acesso em: 17 Mar 2018.

NYE, Joseph S. Jr. **Get Smart: Combining Hard and Smart Power**. Foreign Affairs. Jul/Ago 2009. Disponível em < <https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-07-01/get-smart>>. Acesso em 14 Jul 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. Global Issue. Peace and Security. Disponível em <<https://www.un.org/en/sections/issues-depth/peace-and-security/index.html>>. Acesso em 11 Mar 2018.

RIZZI, Kamilla Raquel et al. **O Brasil na África (2003-2010): Política, Desenvolvimento e Comércio**. Revista Conjuntura Austral. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, p.61-81, Vol. 2, nº. 5, Abr.Mai 2011- ISSN: 2178-8839 Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/viewFile/23744/13713#page=62>>. Acesso em 14 Jul 2018.

RUTHERFORD, Kenneth R. **Internet activism: NGOs and the Mine Ban Treaty**. International Journal on Grey Literature, v. 1, n. 3, p. 99-106, 2000.

TIBÚRCIO E MORAES, James Augusto Pires e Rodrigo Fracalossi. **A questão do banimento internacional das minas terrestres: Novos Atores na Segurança Internacional e os casos das Américas Central e do Sul (2010)**. Artigo Científico. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010285292011000200009>. Acessado em 10 abril de 2017.

UNITED NATIONS MINE ACTION SERVICE (UNMAS), **IMAS 04.10** Glossary of mine action terms, definitions and abbreviations (2014). Disponível em:<<https://www.mineactionstandards.org/standards/international-mine-action-standards-imas/imas-in-english/>>Acessado em 21 Maio 2018.

_____. **IMAS 01.10** Guide for the application of International Mine Action Standards. Second Edition 2003. Amendment 8, 2013. Director, United Nations Mine Action Service (UNMAS).

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 287 p., il. Bibliografia: p. 269-287. ISBN: 978-85-224-4999-6.

ZECA, Emílio J. **África Ocidental: Histórico de Golpes de Estado, Instabilidade Política e Paz Precária**. REVISTA CIENTÍFICA DO ISCTAC, v. 3, n. 7, 2017.